EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 736 - DE 30 DE MARÇO A 12 DE ABRIL DE 2025 - R$ 5,00

Tumultuada situação mundial

Decompõe-se a ordem internacional do pós guerra

Combater a ofensiva do imperialismo norte-americano com o programa e os métodos de luta da classe operária

Bolsonaro e sua camarilha no banco dos réus

Agrava-se a instabilidade política

QUE AS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS ROMPAM COM A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES E ORGANIZEM UM MOVIMENTO PROLETÁRIO INDEPENDENTE EM DEFESA DE UM PROGRAMA PRÓPRIO DE REIVINDICAÇÕES

Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações

Miguel Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, deixa à classe operária as lições de luta de um militante marxista-leninista-trotskista

Memória Eterna ao camarada Miguel Lora

Tumultuada situação mundial

Decompõe-se a ordem internacional do pós-guerra

Há uma convergência sobre a avaliação, entre as forças em conflito no âmbito da situação mundial, de que a ordem global constituída no pós Segunda Guerra se esgotou e se desmorona. Os acordos de Yalta e Potsdam, de fevereiro e agosto de 1945, respectivamente, perderam completamente o seu sentido. Em seu delineamento geral, pressupunha deixar para trás os motivos que levaram às duas grandes guerras e estabelecer um curso de desenvolvimento econômico e de paz estável.

Evidentemente, esses dois pressupostos ficaram a cargo dos Estados Unidos, que se tornaram finalmente potência hegemônica. Nesse marco, a aliança imperialista estabeleceu como objetivo estratégico cercar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), econômica e militarmente, de forma a preparar a sua derrocada. Embora a URSS tivesse saído fortalecida após a guerra, contando com a inclusão do Leste Europeu como aliado, a supremacia do imperialismo nas novas condições de partilha do mundo se impunha. A sustentação da URSS dependia, portanto, do avanço das revoluções proletárias e da afirmação do internacionalismo socialista. A orientação do regime de Stalin caminhou no sentido de se ajustar à paz ditada pelos Estados Unidos, contribuindo com a partilha do mundo e com a maior sujeição das nações oprimidas ao capital internacional.

A reconstituição econômica da Europa e as derrotas da classe operária no velho Continente permitiriam aos Estados Unidos desenvolverem a Guerra Fria e aumentarem os poderes da OTAN como um braço armado do imperialismo norte-americano. A Revolução Chinesa de 1949 abriu o caminho para reagir à nova ordem contrarrevolucionária ditada em Yalta e Potsdam. Logo se impôs a camisa de força do acordo de Stalin com os aliados vencedores da guerra contra a Alemanha. A ruptura sino-soviética já na década de 1950 favoreceu as forças norte-americana e europeia no sentido de sufocar e liquidar a URSS. A sua derrocada final em dezembro de 1991 consistiu na maior vitória do imperialismo do pós-guerra. Nesse mesmo sentido, o Partido Comunista Chinês decidiu iniciar um processo de restauração capitalista.

Os elos da cadeia do imperialismo que foram rompidos pelas revoluções proletárias se reconstituíram com as contrarrevoluções restauracionistas. E o impulso da transição do capitalismo ao socialismo se arrefeceu e se interrompeu. Cumpria-se a estratégia dos Estados Unidos demarcada já na paz de Yalta e Potsdam. Isso quando o capitalismo mundial mergulhava em novo período de crise.

Em 2008, os Estados Unidos se tornavam o epicentro da quebra econômica e indicavam o declínio de sua hegemonia. A China restauracionista se erguia como potência econômica e fator de grande peso nas entranhas do esgotamento da ordem mundial. A guerra comercial traçada pelo governo Trump em seu primeiro mandato apontou a China como a grande concorrente. O recrudescimento das disputas comerciais, áreas de influência e controle de fontes de matérias-primas passou a refletir a decomposição da ordem do pós-guerra. As intervenções militares dos Estados Unidos no Oriente Médio, Ásia e África, sintomaticamente, indicaram o caminho que tomaria a crise mundial em desenvolvimento.

A guerra na Ucrânia ergueria um novo marco dos choques bélicos e da escalada militar. Os Estados Unidos, sob o governo de Biden, e aliados europeus empurrariam a Ucrânia contra a Rússia ao colocar sua inclusão na União Europeia e na OTAN. Agora, diante da vitoriosa posição da Rússia, Trump reorienta a diretriz dos Estados Unidos no sentido de impor uma paz que pressupõe a partilha e o saque da Ucrânia. Trata-se de uma ação composta e coordenada por um conjunto de medidas. No Oriente Médio, o republicano usou o fraudulento acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza para justificar o intervencionismo colonialista do Estado de Israel e potenciar o avanço da anexação do território palestino. Essas duas guerras de dominação são tomadas como meio para a apresentação e consecução do plano mais geral que pretende recuperar a hegemonia dos Estados Unidos alcançada no pós-guerra.

A pretensão de anexar a Groenlândia dá a dimensão da necessidade do imperialismo norte-americano reagir ao esgotamento da partilha do mundo realizada em Yalta e Potsdam. Implica uma ruptura com a Dinamarca e, portanto, com a União Europeia. Esse objetivo explícito e a visita do vice-presidente JD Vance à Base Espacial de Pituffik, na Groenlândia, causaram tumulto na situação mundial. A Rússia e a China ficaram tão alarmadas quanto as potências europeias. Isso porque reconheceram que Trump não está fazendo jogo retórico. Trata-se de uma estratégia que tem por orientação controlar fontes de matérias-primas. É o que também Trump pretende com o acordo de paz na guerra da Ucrânia e da Faixa de Gaza.

Na Europa, a França e Inglaterra lideram o movimento de "rearmamento". A Alemanha aprovou um orçamento militar que rompe com pressupostos pacifistas do pós-guerra. A ideia do presidente Macron da França e do 1º Ministro Andrew Bonar Law da Inglaterra, é a de enviar tropas à Ucrânia em nome da segurança europeia e da garantia de que a Rússia não romperia o acordo de paz. As articulações de parte da União Europeia exigindo a participação nas negociatas contestam a orientação de Trump.

A ruptura que vem se processando entre os Estados Unidos e Europa é mais um reflexo significativo da decomposição da ordem mundial. A guerra comercial que se generalizou com a imposição de tarifas até mesmo com os mais fieis aliados da potência norte-americana ampliou os ecos dos tumultos da situação mundial.

Há que se considerar ainda as múltiplas crises políticas que eclodem quase que simultaneamente em vários países. No momento, se destacam as manifestações populares contra o governo de Erdogan na Turquia. O crescimento da instabilidade política perpassa não só os Estados Unidos como a Europa, América Latina e África.

Nas hostes da burguesia, fala-se sobre uma suposta nova ordem mundial que estaria a caminho. Dar curso a esse processo, é imperativo para a cooperação e a paz entre as nações. Entre os protagonistas desse pressuposto, se encontra a China, que se acha premida pela guerra comercial e escalada militar das potências. O fato é que a velha ordem de Yalta e Potsdam se desmorona e não se desponta nenhuma ordem que possa substituí-la pela via do ajuste das relações capitalistas de produção e interdependência entre os interesses dos monopólios. A superposição das tendências bélicas sobre as relações econômicas e diplomáticas vem tomando forma em ritmo acelerado.

Uma nova ordem nascerá da luta de classes do proletariado contra a burguesia e, portanto, do desencadeamento da revolução social. Caso contrário, a barbárie avançará. Objetivamente,

é o que expõe os tumultos da situação mundial. O problema é de ordem histórica. A classe operária sofreu profundas derrotas, sendo a mais importante a liquidação da URSS. Com o seu desmoronamento, o regime estalinista destruiu o sistema soviético, a economia estatizada e planificada, bem como o monopólio do comércio exterior. A liquidação da Terceira Internacional pela burocracia estalinista em 1943 favoreceu terminantemente o imperialismo. Fez parte dessas ações contrarrevolucionárias o assassinato de militantes da Oposição de Esquerda e a perseguição policial ao movimento de constituição da IV Internacional.

É preciso recorrer a esse balanço histórico da liquidação da URSS para compreender o atual momento de derrocada da velha ordem e erguer o programa revolucionário que permitirá ao proletariado encarnar a nova ordem de transição do capitalismo ao socialismo. A tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista está determinada pelo trabalho da vanguarda marxista-leninista-trotskista de lutar com o programa da revolução social e desenvolver no seio do proletariado o partido revolucionário.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), ainda embrionário, vem se esforçando por responder à decomposição do capitalismo, que adentrou na fase de superposição das tendências bélicas às relações econômicas e diplomáticas estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial.

Bolsonaro e sua camarilha no banco dos réus

Era esperado que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acatasse a denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR). As investigações da Polícia Federal e a delação premiada do ajudante de Ordem do presidente da República reuniram provas mais do que suficientes para acusar e incriminar Bolsonaro, os generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, o almirante Almir Garnier e o tenente-coronel Mauro Cesar Cid, bem como o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o deputado federal Alexandre Ramagem do Partido Liberal (PL).

Esse conjunto de altas autoridades, comandado por Jair Bolsonaro, foi acusado de compor o núcleo dirigente de uma "organização criminosa". Seus crimes: "tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do estado democrático, deterioração de patrimônio público e dano qualificado contra o patrimônio público".

A marcha e a ocupação da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro comprovaram que Bolsonaro e seu núcleo palaciano, de fato, conspiraram para impedir a posse de Lula-Alckmin e impor um Estado de exceção, ou seja, uma ditadura. Apesar de todos os argumentos dos advogados de defesa insistirem que não houve conexão entre as provas apresentadas pela PGR com o 8 de janeiro, a Primeira Turma do STF foi unânime em acatar as denúncias de todos os indiciados. Assim, Bolsonaro e aliados passaram à condição de réus que conspiraram e planejaram um golpe de Estado, que fracassou.

A próxima etapa é a do andamento do processo penal. Tudo indica que Bolsonaro e seu grupo não escaparão da condenação. A manifestação montada no Rio de Janeiro pelo pastor Silas Malafaia – um dos mais fieis adeptos da ultradireita – não intimidou o STF.

Os bolsonaristas e aliados de direita prometeram intensificar a campanha pela anistia, recorrendo a protestos massivos, apoio de empresários, igrejas, organizações civis etc. Esperam que vozes internacionais como a dos trumpistas e de partidos de ultradireita europeia venham em seu socorro.

A possibilidade de condenação e prisão dos conspiradores já pesa no prato da crise política. O julgamento deve ser concluído o mais tardar em fins de 2025. No próximo ano, haverá eleição presidencial. A corrida em torno de nomes e composição está aberta, e irá se intensificar durante o julgamento dos golpistas. Uma fração da ultradireita e da direita se articula para ter uma alternativa a Bolsonaro.

O governo de frente ampla de Lula se mantém com muita dificuldade. É composto de partidos de direita, como PSD, PP, MDB e União Brasil, que acabam pendendo para o campo da ultradireita. Usam os ministérios para fortalecer o Centrão, à espera da quebra de governabilidade sob a responsabilidade do PT, PCdoB e PSOL, para descartar Lula, cuja submissão ao grande capital e a impotência para dirigir os interesses da burguesia nas condições de profunda crise nacional e mundial o colocou à borda do precipício.

Bolsonaro e seu grupo poderão ser golpeados pelo julgamento, mas o movimento da ultradireita continuará influenciando a governabilidade. A incapacidade de Lula em rechaçar as pressões do grande capital e, em especial, do capital financeiro que parasita a dívida pública, resulta em ações que descarregam a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida.

Para vencer as eleições e organizar o governo de frente ampla, Lula teve de garantir a aplicação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da terceirização de Temer e Bolsonaro. Mais do que esse compromisso, Lula vem realizando suas próprias contrarreformas, como as contidas no pacote fiscal antioperário e antipopular e nas medidas administrativas. Retrocedeu em sua promessa de valorizar o salário mínimo, ainda que fosse a conta-gotas.

É sintomático que tenha aumentado a desconfiança de milhões de trabalhadores, que foram iludidos pelas promessas da inclusão social e do fim da fome.

Nesse marco, a direita e a ultradireita preparam-se para a possibilidade de Lula se tornar uma carta fora do baralho da política burguesa. Ao longo dos próximos meses, o julgamento teatral do STF distrairá a atenção dos pobres, miseráveis e famintos.

As direções sindicais colaboracionistas tudo farão para que os explorados não se levantem em defesa de suas reivindicações e reajam ao andamento das contrarreformas antioperárias e antinacionais. Nesse exato momento, recorrem à bandeira de não à anistia e prisão a Bolsonaro como forma de apoiar o governo Lula, que se acha premido justamente por sua aliança com a direita.

As disputas interburguesas no interior do Estado e em torno à política econômica são utilizadas para dividir e polarizar os explorados. É importante ter essa compreensão sobre o agravamento da crise política, como expressão das contradições econômicas e da agudização das condições de existência das massas. O processo

contra os bolsonaristas, sem dúvida, pesará na evolução da crise política. E o problema para os trabalhadores está em se libertar da influência das divisões interburguesas e ganhar independência política lutando por seu programa próprio de reivindicações, libertando os sindicatos das direções colaboracionistas e pró-capitalistas, constituindo suas organizações de base e impulsionando a construção do seu partido revolucionário.

O combate à ultradireita burguesa não está desvinculada do combate à esquerda burguesa, embora taticamente distintas. Concretamente, a política do proletariado se coloca no campo da independência de classe diante do Judiciário que tem em suas mãos o processo contra os golpistas, do Congresso Nacional onde se promove o movimento pela anistia aos bolsonaristas e do Executivo que no momento está ocupado pelo governo petista de frente ampla.

Os explorados têm o dever de reagir com seus métodos de luta e suas organizações ao golpismo e à instalação de uma ditadura. Para isso, deve libertar os seus sindicatos e movimentos das direções colaboracionistas e caminhar para constituir um Tribunal Popular para investigar os crimes da burguesia, seus partidos e seus governos. Qualquer distração e desvio dos explorados em função do processo contra os bolsonaristas serve ao governo burguês de Lula que conta com a paralisia das massas para se equilibrar na voraz crise política.

O POR trabalha pela organização de um movimento dos explorados em defesa de seu programa próprio de reivindicações. A convocação de um Dia Nacional de Lula seria o ponto de partida para a classe operária se colocar na direção da maioria oprimida contra todas as variantes da política burguesa.

Carta às centrais, sindicatos e movimentos

É necessário combater a ultradireita bolsonarista e seus aliados, mas com o programa, as reivindicações e os métodos de luta da classe operária

É necessário uma política operária completamente independente dos governos e da burguesia

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa dos salários, empregos e pela derrubada das contrarreformas antinacionais e antipopulares

30 de março de 2025

Os bolsonaristas realizaram uma manifestação no Rio de Janeiro pela anistia dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Agora, as organizações Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular, que expressam a política do PT, PCdoB e PSOL, sobretudo, realizam a "Mobilização Nacional Sem Anistia e Prisão para Bolsonaro". No Congresso Nacional, o PL encabeça uma arregimentação parlamentar para obter a anistia dos já condenados pela invasão da Praça dos Três Poderes. Bolsonaro e autoridades de seu governo pretendem que a anistia seja geral.

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acaba de tornar réus os membros da alta cúpula implicados na tentativa de golpe de Estado. Os bolsonaristas e aliados farão tudo o que tiver ao seu alcance para inviabilizar a condenação e a prisão dos conspiradores. Inclusive, vêm contando a seu favor com o governo fascistizante de Trump. Necessitarão do apoio de parte da população que se acha profundamente influenciada pelos partidos de direita e ultradireita e organizações empresariais e religiosas. Vão alimentar a divisão entre as massas oprimidas que marcou as eleições presidenciais de 2022 e que possibilitou a tentativa de Bolsonaro, generais, grupos empresariais, partidos e igrejas de impedir a posse de Lula/Alckmin.

A manifestação no Rio de Janeiro, montada pelo pastor evangélico Silas Malafaia, não teve o número de pessoas esperado, mas indicou que a ultradireita e direita percorrerão esse caminho para manter o apoio popular contra a condenação e pela anistia. Está prevista a manifestação bolsonarista em São Paulo no dia 6 de abril, que contará com o aparato da prefeitura, Ricardo Nunes, e do governo do estado, Tarcísio de Freitas.

É de se esperar o agravamento da crise política, que advém das divisões interburguesas em torno ao poder do Estado. A eleição de Lula não serviu para estabilizar a economia e, assim, equilibrar as forças políticas em choque desde o fim da ditadura militar e o estabelecimento da chamada "Nova República". É necessário levar em conta que parte da direita, que foi responsável pela derrubada do governo de Dilma Rousseff, portanto, por um golpe institucional, faz parte do governo de frente ampla de Lula. Mesmo assim, Lula se mostrou incapaz de ter um mínimo de independência diante do Congresso Nacional oligárquico e governa na posição de refém.

O Judiciário ganhou força política precisamente nas condições de agravamento dos conflitos entre o Legislativo e o Executivo. O fato de Bolsonaro ter afundado sua governabilidade nos marcos

da pandemia e de Lula ter recuperado seus direitos políticos, deu maior espaço de intervenção política ao STF.

O divisionismo no seio da classe burguesa, que arrasta camadas da classe média e da classe operária, não será arrefecido com a condenação de Bolsonaro e seus asseclas. Isso porque a crise política está determinada pelas travas econômicas que impedem o desenvolvimento das forças produtivas e que continuam a reproduzir a pobreza, miséria e fome. Está mais do que visível o fracasso do governo que se pretende nacional-reformista em impulsionar o crescimento econômico e em proteger as massas trabalhadoras das consequências sociais de uma economia que tende à estagnação. A alta inflacionária e a elevação dos preços dos alimentos atingem frontalmente as massas trabalhadoras. Mas, esse é apenas um dos problemas. O avanço da terceirização, informalidade e o raquítico salário mínimo vêm sacrificando ainda mais as condições de trabalho e de vida da maioria oprimida.

Todos os governos têm sido obrigados a submeter a política econômica e as "reformas" (contrarreformas) ao capital financeiro que parasita a gigantesca dívida pública. Temer e Bolsonaro, produtos do golpe institucional de 2016, impuseram as contrarreformas mais violentas desde as medidas antinacionais e antipopulares do governo de Fernando Henrique Cardoso. Lula não só mantém as contrarreformas do governo de direita e ultradireita, como vem promovendo outras na mesma linhagem.

É nesse terreno de imposição de medidas antinacionais e antipopulares que se desenvolve as divisões interburguesas e a ofensiva da ultradireita, que no momento se vê obrigada a se colocar na defensiva devido ao fracasso da tentativa de golpe de Estado. Se os bolsonaristas não tivessem recorrido à aventura golpista, certamente estariam em vantagem na ofensiva contra o governo Lula.

É um erro e uma fraude política a posição de atrelar as centrais, sindicatos e movimentos ao objetivo de condenar Bolsonaro para quebrar a espinha dorsal da ultradireita e proteger a governabilidade de Lula. A força da ultradireita e direita se encontra no grande capital e nas mais distintas variantes da oligarquia burguesa que de fato controla o Estado. Apoia-se em setores da classe média alta e em uma importante camada popular. Tudo indica que o governo de frente ampla de Lula não tem como alterar o curso da crise econômica e do esmagamento das condições elementares de sobrevivência da maioria explorada.

É nesse semeeiro que os partidos de direita e ultradireita acabarão por retomar o poder do Estado. Essa é a maior probabilidade, uma vez que o governo de Lula se acha atado de pés e mãos diante do grande capital e de setores da oligarquia. O prosseguimento das contrarreformas e o peso da alta do custo de vida têm favorecido a oposição francamente liberal e pró-imperialista.

Esta manifestação convocada pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular se utiliza do conflito interburguês em torno à condenação ou anistia de Bolsonaro e seus consortes para defender o governo de frente ampla de Lula. Não expressa um só traço de independência diante da política e do Estado burgueses. Os sindicatos, profundamente estatizados, têm servido de instrumentos para os governantes e os capitalistas imporem as contrarreformas e medidas de política econômica que atingem a vida da maioria oprimida. A estatização das organizações sindicais e movimentos populares resulta da colaboração de classes praticada por suas direções burocratizadas e corrompidas na política burguesa.

Hoje era para a classe operária, demais trabalhadores e juventude ganharem as ruas em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Ganharem as ruas pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, terceirização e contra as contrarreformas que vêm sendo impostas pelo governo Lula, como a reforma administrativa. Ganharem as ruas pelo fim imediato das privatizações e pela reestatização das empresas já privatizadas, sob o controle operário. Ganharem as ruas em defesa de um salário mínimo vital, capaz de sustentar a família trabalhadora. Ganharem as ruas pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada sem redução dos salários. Ganharem as ruas em defesa da saúde e educação públicas. Ganharem as ruas contra as imposições de Trump à economia nacional. Ganharem as ruas pelo não pagamento da gigantesca dívida pública. Ganharem as ruas pelo fim do genocídio do povo palestino. Essa é a base operária para pôr em pé um combate às posições direitistas e ultradireitistas da burguesia e de seus partidos.

Essa é a base para organizar um Tribunal Popular para julgar a tentativa de golpe de Bolsonaro e seus generais. Somente um Tribunal Popular nascido das lutas dos trabalhadores tem como responder aos crimes de classe da burguesia e seus partidos. Qualquer ilusão nos poderes do Estado burguês serve aos interesses da classe capitalista e é fatal para a luta independente da classe operária.

No dia 31 de março, o golpe militar de 1964 completa 61 anos. Os bolsonaristas e seus generais continuam a defender a ditadura militar e a subordinação da democracia burguesa aos ditames das Forças Armadas. Até hoje não se apurou definitivamente os crimes da ditadura e não se puniu os responsáveis pelo golpe, assassinatos, torturas e desaparecimentos de militantes que resistiram à ditadura. Um Tribunal Popular é o único instrumento para ajustar contas com os golpistas, uma vez que é uma criação das massas contraposta às instituições do Estado que sempre servirão aos interesses dos exploradores.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa deste ato para fazer um chamado às centrais, sindicatos e movimentos para que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua.

Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos para derrotar a direita e ultradireita fascistizantes no terreno da luta de classes. Derrotemos o bolsonarismo e suas variantes obscurantistas para superar a política burguesa do nacional-reformismo e soterrar a política de colaboração de classes das direções sindicais e populares! O Partido Operário Revolucionário defende e trabalha pela organização independente da classe operária e dos demais trabalhadores sob a estratégia da revolução social. É imperativo nas condições de profunda crise pela qual passa o Brasil defender a constituição de um governo operário e camponês, nascido da luta das massas contra a dominação burguesa, seu Estado opressor e seus partidos de exploradores. Essa luta é um combate internacional, que exige a mobilização das bases contra a ofensiva do imperialismo em todo o mundo, agora encarnada pelo governo Trump.

Que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes e convoquem um Dia Nacional de Luta!

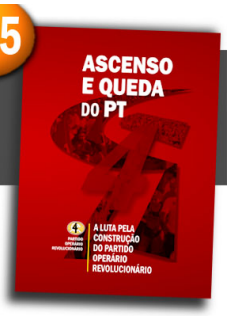
Que as centrais, sindicatos e movimentos se coloquem por um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia!

Adquira com o distribuidor: R$35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Congresso Nacional aprova LOA que corta ainda mais da Educação

Reajuste do funcionalismo federal ainda não está garantido

Em 20/03 o Congresso aprovou o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA). A votação foi destravada quando o governo negociou a ampliação das emendas parlamentares para R$50,4 bilhões. Ao mesmo tempo, o orçamento da educação, ciência e tecnologia, cultura e outras áreas sociais tiveram cortes.

As direções sindicais governistas, após jornadas de "mobilização", voltadas integralmente à pressão parlamentar, cantaram vitória. Adotaram como bandeira a defesa da aprovação da LOA, mostrando como subordinam a reivindicação salarial à aceitação de um orçamento totalmente voltado aos capitalistas, sobretudo ao capital financeiro.

No fim das contas, nem mesmo o reajuste está garantido, pois o governo Lula encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/12/24 uma Medida Provisória (MP) com o reajuste, juntando ainda pontos da contrarreforma administrativa. E, sem ter sido apreciada pelo Congresso Nacional, a MP vai caducar em abril, fazendo com que o governo tenha de apresentar um Projeto de Lei para que o reajuste seja pago. A enrolação favorece o próprio governo, que, mesmo pagando os reajustes retroativos, aplicará ao montante acumulado descontos maiores de imposto de renda.

Uma LOA sob medida para os interesses do capital financeiro, agronegócio e centrão

Para garantir o Arcabouço Fiscal, a estimativa do governo de superávit de R$3,1 bilhões foi ampliada para R$15 bilhões. Em favor do capital financeiro, o governo burguês de Lula/Alckmin e o Congresso Nacional atacam os serviços públicos e os direitos. Confirma-se o caráter de continuidade da política econômica dos governos Temer e Bolsonaro, chegando-se ao ponto de até mesmo o orçamento de programas assistenciais, cujo montante corresponde a uma migalha da riqueza produzida, tenham sofrido cortes. O Bolsa Família sofreu um corte de quase R$7,7 bilhões, caindo para R$ 159,5 bilhões. Em relação ao projeto apresentado pelo governo, a LOA aprovada no Congresso cortou: R$2 bilhões da educação (R$175,4 bilhões) e R$181 milhões de saneamento (R$1,7 bilhões).

Enquanto os explorados estão na mira dos cortes, os latifundiários e capitalistas são presenteados. Em relação ao projeto do governo, o Congresso aumentou: 2,7 bilhões da agricultura (R$34,3 bilhões); R$19,8 milhões da indústria (R$2,4 bilhões). Mas tudo isso é pequeno diante da montanha de dinheiro destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que permanece com a maior fatia do orçamento.

Para pagamento do reajuste de 9% dos servidores federais, será destinado o valor de R$22 bilhões, mas ainda não está garantido, porque a LOA precisa ser sancionada por Lula e a MP de 31/12/24 vai caducar. O acordo de greve de 2024 determinava o pagamento no salário de janeiro. Mesmo com o evidente atraso, as direções sindicais, como a do ANDES-SN (PSOL, PCB), chegam ao absurdo de dizer que o governo já cumpriu sua parte, uma forma de burlar a decisão congressual de preparar a greve para enfrentar o descumprimento do acordo.

Além dos cortes na educação, os recursos destinados à pesquisa também foram impactados, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pesquisa Científico e Tecnológico) teve uma perda de R$76,851 milhões, ficando com R$ 1,871 bilhão (7,45% a menos do que a verba de 2024), o que impacta na disponibilidade de bolsas e desenvolvimento de projetos de pesquisa. Ou seja, como pautado na greve da educação federal de 2024, é urgente a defesa do orçamento da educação federal, para garantia das condições de estudo e trabalho, contra o sucateamento das universidades e institutos federais.

Acordos de greve ainda não foram cumpridos: nenhuma ilusão no governo Lula/Alckmin!

O termo de acordo que levou ao fim da greve da educação federal foi assinado há aproximadamente 9 meses, mas até agora o governo não o cumpriu. A Corrente Proletária na Educação (CPE) foi contra a assinatura do termo, que estava longe de atender à pauta que mobilizou a greve da educação federal, mas, é preciso pressionar pelo seu cumprimento integral. Até o reajuste está comprometido, pois está posto como medida provisória, que expira nos próximos meses. Questões como o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) dos técnicos administrativos educacionais (TAEs) e a jornada de 30 horas enfrentam resistência mesmo constando no acordo.

O governo Lula/Alckmin passou os últimos três meses responsabilizando o Congresso pelo atraso na aprovação da LOA 2025, onde é previsto o recurso para o reajuste dos servidores federais. O acordo de fim da greve foi firmado com o governo Lula, que até agora não avançou nem nas pautas não orçamentárias, como fim do controle de ponto para os docentes da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT) da rede federal. As direções sindicais governistas, depois de desmantelarem a greve, impondo a aceitação de um acordo com 0% em 2024 e sem reposição integral das perdas, têm encoberto a ausência de cumprimento do acordo por parte do governo.

Não podemos confiar na palavra do governo e nem mesmo das direções sindicais. Precisamos reverter a desmobilização do funcionalismo, quebrar o isolamento das lutas e retomar os métodos de ação direta coletiva para avançar concretamente com nossa luta. Tanto o governo quanto o Congresso, só poderão ser pressionados se os servidores da educação federal se organizarem em comitês nas instituições de ensino, com unidade com as demais categorias e outros setores do funcionalismo, para recuperarem o poder de mobilização, realizando paralisações e atos unificados de rua.

O corte de verba atende aos interesses da burguesia e de seu Arcabouço Fiscal. Piora nossas condições de trabalho e representa um ataque à educação, que fere professores, técnicos, estudantes e terceirizados, que têm seus empregos ameaçados. Com a inflação, nossos salários estão cada vez mais desvalorizados. A condição das instituições federais de educação é de penúria, com desabamentos de teto, demissões de terceirizados e crescente precarização.

É urgente que as direções sindicais, junto às direções das entidades estudantis, organizem a luta pelo cumprimento do acordo de greve, por recomposição emergencial do orçamento da Educação, e financiamento integral por parte do Estado, conforme cálculo das assembleias gerais universitárias e escolares. Basta de privatizações e ataques aos serviços públicos. Nenhuma ilusão no governo Lula/Alckmin.

Que o Sinasefe, Fasubra e Andes-SN construam, junto às centrais sindicais, um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações, atos massivos e bloqueios de avenidas. Pela constituição de comitês de base, que expresse a unidade de servidores públicos, terceirizados e estudantes, em defesa dos salários, empregos e direitos, com independência de classe, em defesa de nossas reivindicações. Precisamos retomar nossas forças para erguer uma nova greve pelo cumprimento integral do acordo, pela reposição das perdas salariais acumuladas, orçamento para as IFES, revogação das contrarreformas e fim das privatizações.

NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXI - Março/2025
(11) 95446-2020
nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org
@massas.por | anchor.fm/por-massas

Publicamos o posicionamento do Boletim Nossa Classe/POR, que foi distribuído no ato realizado em frente à Bolsa de Valores, no dia 28 de março.

Carta aos ferroviários e demais trabalhadores

Somente com a greve e apoio da população, podemos impedir que o governador Tarcísio privatize as linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade

Logo mais estará totalmente privatizado o sistema de transporte coletivo de São Paulo. A entrega de grande parte do Metrô e da CPTM mostra que Tarcísio está impondo, passo a passo, o seu plano geral de privatização. A forma de privatizar por linhas ou trechos permite ao governador não só realizar negociatas com os investidores como também dividir os trabalhadores.

De fatia em fatia, o sistema público de transporte passa das mãos do Estado para as dos capitalistas abutres. As consequências sociais atingem a maioria pobre e miserável que depende dos serviços estatais. Basta ver o que vem ocorrendo com as linhas já privatizadas, onde se constatam a precarização do funcionamento, as demissões, a terceirização, o rebaixamento salarial e a quebra de direitos trabalhistas.

As privatizações avançaram porque as direções sindicais não uniram os ferroviários, metroviários e trabalhadores da Sabesp em um único movimento grevista contra o plano geral de privatização do governo de São Paulo. Impedir a entrega das estatais, resultaria em uma derrota política do governo de ultradireita, que serve aos interesses dos banqueiros, fundos de investimentos e grandes empresários, e contra a população trabalhadora.

Para que isso acontecesse, as direções sindicais teriam de ser classistas e revolucionárias. Não sendo assim, as direções burocráticas e colaboracionistas contribuíram para que Tarcísio fatiasse as privatizações e realizasse os leilões. Os protestos em frente à Bolsa de Valores não passaram de demagogia e de hipocrisia de burocratas vendidos. Temos de lembrar que a paralisação do Metrô, CPTM e Sabesp em outubro de 2023 não passou de um dia, porque as direções se curvaram diante das punições financeiras e de algumas demissões de dirigentes. Sabemos que para derrotar o governo entreguista é preciso muita organização dos trabalhadores e firmeza das direções. Essa experiência se repete agora com a privatização das linhas 11- Coral, 12- Safira e 13-Jade.

A direção do Sindicato dos Ferroviários ficou de braços cruzados como observadora da ação do governo. A Oposição, ao contrário, passou a organizar a luta e na assembleia do dia 20 de março aprovou a greve, que iniciaria à zero hora do dia 26. A direção burocrática interveio para impedir a greve. Na noite do dia 25 realizou uma assembleia para desmarcar a greve e em seu lugar fazer um ato teatral na Bolsa de Valores.

Aqui estamos nós da Oposição para condenar a quebra da decisão da assembleia do dia 20 de março. Os burocratas usaram o conselho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) para que a greve fosse suspensa em nome de uma "cláusula de paz". Essa "cláusula" significa aceitar a privatização, assumir passivamente as violentas consequências e não confrontar politicamente o governo privatizador, antinacional e antipopular.

A suspensão da greve foi uma verdadeira traição à luta dos ferroviários, que estavam dispostos à paralisação. Foi uma traição à defesa dos empregos, salários e direitos. E foi uma traição à população trabalhadora que terá de arcar com o sucateamento e com os altos preços das tarifas.

Essa carta do Boletim Nossa Classe vem no sentido de defender junto aos ferroviários:

1) convocação de uma nova assembleia, amplamente organizada desde as bases;

2) constituição de comitês sindicais e populares de defesa do transporte público e contra todo tipo de privatização;

3) chamado aos sindicatos em geral, em particular o dos metroviários, a organizarem a campanha pelo fim das privatizações e reestatização das já privatizadas;

4) convocação pelas centrais, sindicatos e movimentos de um Dia Nacional de Luta em defesa do programa de reivindicações dos explorados e contra as privatizações.

Não à privatização de Tarcísio!

Pela reestatização sob o controle dos trabalhadores!

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Assembleia realizada pela burocracia no dia 25 para suspender a greve!

Mais uma traição da burocracia na luta dos trabalhadores contra a privatização da CPTM!

No dia 20 de março, depois de um forte trabalho de organização da base, passando nos setores e convocando os trabalhadores para a realização de uma assembleia, as correntes de oposição à direção do sindicato conseguiram aprovar a greve por tempo indeterminado contra o leilão de privatização das linhas 11, 12 e 13 da CPTM, marcada para o dia 28/03.

A direção do sindicato que foi atropelada pelos trabalhadores na assembleia do dia 20, logo procurou uma forma de impedir a greve. O caminho encontrado foi o de inventar uma reunião com o governo, a CPTM e o Tribunal Regional do Trabalho, na qual o sindicato havia apresentado uma proposta de paz, ou seja, suspender a greve e fazer apenas um protesto, com os trabalhadores, usando camisa preta. Isso significou uma traição aberta à greve aprovada na assembleia do dia 20.

Na reunião do comando de greve realizada dia 25/03, que tinha como objetivo apenas organizar as tarefas de cada grupo para fazer os piquetes e demais atividades para manter a greve, a burocracia com o argumento de que havia uma proposta do governo, propôs votar novamente se manteria a greve ou aceitaria a proposta de paz do sindicato. Colocado em votação, a proposta de não fazer a greve obteve 23 votos e a de greve 20 votos. Na assembleia do dia 20 que decretou a greve, havia mais de 100 trabalhadores. Apenas 2 votaram contra. Como a greve já havia sido aprovada, muitos trabalhadores não participaram da assembleia do dia 25. A burocracia, que já tinha tudo planejado, levou os trabalhadores pelegos da gerência e de cargos de chefia para votar contra a greve. E assim colocaram fim à greve.

Essa experiência deixa lições e tarefas importantes. A primeira, é que somente com a base, com os trabalhadores organizados e presentes nas assembleias será possível expulsar a burocracia traidora do sindicato e organizar a luta para combater a privatização e todos os ataques do governo e da patronal. A segunda, é a de convocar novamente os trabalhadores para participar das assembleias para aprovar a greve por tempo indeterminado e colocar abaixo o plano privatista do governo ultradireitista de Tarcísio e do governo Lula. E exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Intervenção do POR na assembleia extraordinária de 27 de março dos ferroviários das linhas 11, 12 e 13 da CPTM contra a privatização, convocada pela Oposição

Depois da assembleia realizada no dia 25/03, na qual a direção do Sindicato Central do Brasil deu um golpe para impedir a greve por tempo indeterminado, que já havia sido aprovada no dia 20/03, o Movimento Luta de Classes, corrente da UP, que faz oposição a direção, decidiu ir para a base novamente para coletar assinaturas dos trabalhadores para que o sindicato convoque uma nova assembleia para debater o estado de greve aprovado na última assembleia. Nessa assembleia, foi informado que conseguiram 500 assinaturas dos trabalhadores, número suficiente segundo o Estatuto do sindicato para que seja convocada uma nova assembleia, para discutir o início ou não da greve. Foram aprovadas duas resoluções para continuar a luta contra a privatização. A primeira é conformar uma comissão dos trabalhadores para passar nos setores defendendo a greve e chamando os trabalhadores para uma nova assembleia. A segunda foi entregar para a direção do sindicato uma carta, exigindo que realize uma nova assembleia para aprovar a greve contra a privatização.

O POR esteve presente e defendeu a necessidade de constituir uma frente única de luta contra a privatização e de ir para a base, passar nos setores defendendo a greve e convocando os trabalhadores para a realização de uma nova assembleia, democrática, para aprovar a greve por tempo indeterminado contra a privatização. Exigir dos sindicatos e centrais a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de rua, como preparação da greve geral em defesa dos empregos, salários e direitos.

Intervenção do POR na assembleia do dia 25 dos ferroviários da CPTM

Boa noite camaradas. Em primeiro lugar, quero parabenizar os companheiros por terem organizado essa assembleia desde as bases. Vi os vídeos dos camaradas convocando para a assembleia. Está claro, mais uma vez, que é a base, é a classe operária, são os trabalhadores unificados, que podem colocar abaixo a privatização.

O projeto de Tarcísio, como também do governo burguês de Lula, é de privatização. O Tarcísio está privatizando aqui, com o financiamento do governo burguês de Lula, e a gente está vendo que o metrô, os trens, as escolas e rodovias estão sendo privatizados com o financiamento do BNDES, que o Tarcísio e o Haddad estão juntos. Então a luta, que começa aqui com os camaradas ferroviários, é uma luta nacional para colocar abaixo a privatização e defender a reestatização de tudo que foi privatizado, o fim das terceirizações, camaradas.

O que aconteceu com as privatizações? Demissão, terceirização, precarização. Nas linhas do metrô, da CPTM, avançaram a terceirização e a precarização. Estão naturalizando isso. Temos de tirar uma lição disso: Porque aconteceu? Porque as direções acreditaram na via judicial. Terceirizou um setor, a burocracia entra na justiça. Privatizou, entra na justiça, tudo é justiça, é via judicial. E o que aconteceu com a Sabesp? Entraram na justiça, foi revogada a ação e está privatizada. As escolas, foram 33 escolas privatizadas pelo Tarcísio, o Ministro Barroso deu o aval para privatizar.

Camaradas, o método de luta é o da ação direta, é a greve unificada. Os ferroviários estão dando um passo importante porque com essa greve, vamos pressionar a burocracia e ganhar as bases para a greve. Nós do Partido Operário Revolucionário vamos colocar toda nossa força, nossa militância nos comandos de greve para fazer os piquetes para que a greve seja vitoriosa, para colocar abaixo a privatização, não só da CPTM, mas também do metrô, porque já está anunciado o plano de privatização do metrô e demais estatais. Para finalizar camaradas, nesse sentido, é que estamos defendendo um Dia Nacional de Luta. Essa greve, camaradas, pode ter certeza que vai pressionar a pelegada que está nas direções dos sindicatos, dividindo os trabalhadores, a organizar a luta. Como podem fazer uma assembleia dia 18 dos servidores municipais e amanhã dos professores do Estado? Com essa greve companheiros, certamente vamos pressionar para unificar os professores, os ferroviários, os metalúrgicos e todos os trabalhadores, porque tem a luta pelo fim da escala 6x1, o fim da terceirização, colocar abaixo a privatização, defender o sistema público estatal, sob controle dos trabalhadores!

Boletim Nossa Classe distribuído na assembleia do dia 20 de março

Toda força à greve dos trabalhadores ferroviários contra as privatizações!

Que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para unificar a luta dos ferroviários, trabalhadores de aplicativos, professores e demais trabalhadores do país contra a privatização, em defesa dos empregos, salários e direitos!

Em assembleia realizada no Sindicato Central do Brasil, no dia 20 de março, os trabalhadores ferroviários aprovaram a greve por tempo indeterminado a partir da zero hora do dia 26/03. A reivindicação central da greve é o cancelamento do leilão de concessão das linhas 11, 12 e 13 da CPTM. Para combater qualquer medida repressiva ou ataque do governo, os trabalhadores aprovaram que se houver alguma demissão, a greve vai continuar até as demissões serem canceladas. Para manter a organização e o controle da greve nas mãos dos próprios trabalhadores, foi aprovado na assembleia a constituição de um comando de greve e uma comissão de negociação, que terá a tarefa de organizar os piquetes de greve e encaminhar as propostas aos representantes do governo.

Colocar abaixo as privatizações do ultradireitista Tarcísio de Freitas e do Governo burguês de Lula.

Para avançar no seu plano privatista, Tarcísio de Freitas tem contado com o financiamento do BNDES, liberado pelo governo Lula. Tarcísio já privatizou a Sabesp, as linhas 7, 8 e 9 da CPTM; 33 escolas em São Paulo; marcou o leilão das linhas 11, 12 e 13 para o dia 28/03 e anunciou seu objetivo de privatizar todas as linhas do metrô até 2026.

A história tem mostrado que a privatização só beneficia os capitalistas. Os governos privatistas, para enganar os trabalhadores e a população, mentem, dizendo que com a privatização haverá investimentos e melhorias no serviço prestado. No entanto, logo que é privatizada, a direção faz o que todo empresário faz: começa a demitir os trabalhadores efetivos, contratar novos com salários menores e terceirizar para reduzir salários e direitos. Desta forma, aumentam seu lucro às custas do desemprego e da miséria dos trabalhadores.

A greve aprovada pelos ferroviários da CPTM para a zero hora do dia 26/03 é um exemplo a ser seguido pelo conjunto dos trabalhadores de todo o país, porque está mostrando mais uma vez que o único caminho para colocar abaixo a privatização é o da ação direta. Que não podemos acreditar no parlamento burguês, nem na via judicial, entrando com ações no Ministério Público, como tem feito a burocracia que dirige o sindicato dos metroviários, ferroviários, Sintaema, Apeoesp, e demais burocratas traidores, que abandonaram o método da ação direta e passaram a conciliar com os governos e o patronato, para impedir o levante dos trabalhadores, permitindo, assim, que os governantes avancem no seu plano privatista.

A luta contra a privatização é nacional e de todos os trabalhadores!

São Paulo

Trabalhadores da Zaraplast denunciam más condições de trabalho na fábrica e as penalizações sumárias

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe na Zaraplast, um operário se dirigiu aos militantes do Boletim Nossa Classe e fez uma denúncia das penalizações indevidas por parte da fábrica. Segundo o operário, as penalidades se deram por terem batido o ponto sem o uniforme, mas o dia em que a penalidade se deu era de chuva forte e o vestiário fica distante do relógio de ponto, o que obrigaria aos trabalhadores a se exporem a forte chuva para trocarem de roupa e cumprir então a norma da empresa de registrarem o ponto uniformizados. A penalidade aplicada foi de um dia de suspensão, que implica desconto na folha salarial, atacando diretamente os já baixos salários dos trabalhadores. O trabalhador ainda fez a denúncia da ausência de refeições na empresa e das condições de trabalho, enfatizando o calor intenso na linha de produção. Disse que o problema foi relatado para a fábrica, que promete resolver, mas fica só no palavreado.

Os militantes diante das denúncias mostraram que é preciso responder. Que a resposta tem de ser coletiva. Daí a importância da organização para que a resposta seja com os métodos próprios de luta, que é a greve, as manifestações.

Os militantes do Boletim Nossa Classe aproveitaram também para chamar os operários da Zaraplast a participarem do Encontro Operário, uma reunião mensal que discute os problemas das fábricas e como construir as oposições classistas. Explicou que nesse Encontro, dedicamos também à formação política, para assimilar as lições deixadas pelo proletariado nacional e mundial.

São Paulo - ABC

Ato dos Metalúrgicos do ABC expressa adaptação à política governista

No dia 14 de março, ocorreu um ato em São Bernardo do Campo com cerca de 5.000 trabalhadores, convocado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC). Além dos metalúrgicos, estavam presentes outros sindicatos, como o Sindicato dos Químicos, SindSaúde ABC, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bernardo e Diadema (Sintracom SBC-DMA), dentre outros.

Na pauta constavam itens como: isenção do imposto de renda sobre as PLRs (Participações em Lucros e Resultados), isenção do imposto de renda para aqueles com renda mensal de até 5 mil

reais, fim da escala 6x1, redução da taxa de juros e redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Uma mistura de pautas históricas com pautas adaptadas à política governista.

Do ponto de vista proletário, não deve haver cobrança de imposto de renda sobre os salários dos trabalhadores, pois salário não é renda. A bandeira de atualização da tabela de imposto de renda é do governo, não da classe operária. O PLR, assim como outros "benefícios" e penduricalhos, é um mecanismo burguês para minimizar os salários miseráveis que não cobrem as necessidades vitais da família trabalhadora. Uma luta classista seria pela incorporação da PLR aos salários, bem como pelo fim do imposto de renda sobre os salários dos trabalhadores.

Ocorre que as direções sindicais estão subordinadas à política de colaboração de classes. Não por acaso, durante o ato fizeram falas atacando apenas o parlamento e indicando que o caminho para conquistar as reivindicações é defendendo o governo Lula nas ruas. Ocultaram que o governo burguês de frente ampla é refém das oligarquias burguesas e do Parlamento.

Vale lembrar que em junho de 2023, a direção do SMABC organizou um ato contra a política de juros do Banco Central e pelo "Fora Campos Neto". Hoje, diante da troca da Presidência do Banco Central do Brasil pelo governo Lula e da manutenção e até aprofundamento da política de juros elevados, "esqueceram" desta pauta e, para continuar desviando a luta pelas reivindicações próprias, recorreram a outro artifício, que é a atualização da tabela de imposto de renda.

Enquanto os operários sofrem com os baixos salários e as jornadas de trabalho adoecedoras, as direções sindicais que burocratizam o sindicato criando estruturas luxuosas, colônias de férias e diversos privilégios desviam as reivindicações dos explorados para o terreno da burguesia. É urgente que os trabalhadores se organizem, sobre a base de um programa classista e com independência política, em oposição às direções burocráticas. Cabe, nesse momento, exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa de um programa próprio dos explorados.

São Paulo

Ato contra o evento da "Reforma Administrativa já" na Fiesp

No dia 24 de março, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) promoveu um evento sobre a Reforma Administrativa com a participação de Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) do Brasil, de juízes do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, do presidente da Câmara de Deputados Hugo Mota, de Arthur Maia, relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) N.º 32/2020, entre outros. O evento tinha o objetivo de dar fôlego à PEC 32, principal instrumento da contrarreforma administrativa, que visa enxugar os gastos públicos, aprofundando a precarização do funcionalismo e dos serviços públicos.

Por meio da chamada "A reforma administrativa é contra o povo! Os ricos querem acabar com os serviços públicos", o Fórum das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Setor Público no Estado de São Paulo realizou um ato contra o evento, que contou com a participação de representações de entidades sindicais do funcionalismo federal e estadual.

A Corrente Proletária-SinTUFABC interveio no ato, com a distribuição do Boletim, no qual denuncia a Reforma Administrativa, com a vendagem do folheto sobre a Greve Nacional na UFABC em 2024, no qual expomos nosso combate à política de reestruturação de carreiras, e com um pronunciamento relacionando a crise econômica e a crise política, destacando o lugar da Fiesp na determinação da política nacional, conforme síntese abaixo.

Em nosso pronunciamento, resgatamos o histórico da Fiesp com o lançamento da campanha "Não vamos pagar o pato" em 2015, base para o impeachment/golpe que derrubou a presidente Dilma Rousseff (PT), instalou o governo de ditadura civil de Michel Temer (MDB), que avançou na aplicação das contrarreformas, como a trabalhista e o Novo Ensino Médio, e preparou o caminho para a eleição do governo ultradireitista de Bolsonaro. Lembramos também da "Carta em defesa da democracia e da justiça", de 2022, quando a Fiesp passou a apoiar a frente ampla, que deu origem ao governo burguês de Lula e Alckmin, o qual não só manteve as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como fez as suas próprias contrarreformas, como o novo teto de gastos, a limitação do reajuste do salário mínimo, a reforma tributária etc. Explicamos, assim, que a presença da Ministra e demais "autoridades" no evento visa prestar contas a uma das frações burguesas que comanda o país. Finalizamos afirmando que qualquer governo fruto das urnas, submetido à democracia burguesa, está obrigado a seguir as diretrizes da burguesia, e que o caminho para reverter a política de austeridade fiscal e contrarreformas passa por romper o bloqueios das direções sindicais colaboracionistas e erguer uma luta massiva em defesa de um programa próprio.

São Paulo

Realizado o Encontro Operário

No dia 15 de março, ocorreu o Encontro Operário, que tem como objetivo organizar os contatos operários, visando a construir as comissões e oposições de luta, classistas e revolucionárias no interior das fábricas e sindicatos.

Na primeira parte do Encontro, debatemos a necessidade de elaborar um documento para servir de base nessas reuniões. Um documento que responda aos principais problemas da classe operária nacional e internacional, como: o problema da desindustrialização, fechamento de fábricas e demissões; o aprofundamento da estatização dos sindicatos e centrais; as consequências das contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização; o avanço da privatização, terceirização e precarização das condições de trabalho; a política da burocracia de direita e de esquerda, que têm eliminado a democracia operária etc.

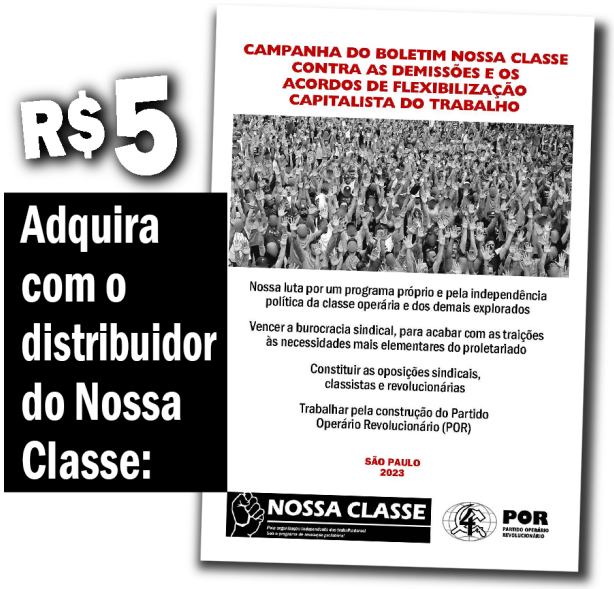
Na segunda parte, fizemos o estudo do Capítulo V das Teses de Pulacayo, aprovada em 1946, no Congresso Mineiro da Bolívia, sobre a "A luta contra o fascismo".

O capítulo V inicia afirmando que a luta contra o imperialismo tem de ser paralela à nossa luta contra a feudal-burguesia entre-

guista. Que o antifascismo se converte, na prática, em um aspecto de tal luta: a defesa e concretização de garantias democráticas e a destruição dos bandos armados mantidos pela burguesia. Que o fascismo é produto do capitalismo em sua fase de decomposição, a imperialista.

Quando se organiza a violência a partir do Estado para defender os privilégios capitalistas e destruir fisicamente o movimento operário, nos encontramos em um regime de tipo fascista. O capítulo mostra que a democracia burguesa é um luxo demasiadamente caro, que somente países que têm acumulado muita riqueza à custa da fome mundial podem se dar. Nos países pobres, como o nosso (se refere a Bolívia), por exemplo, os operários, em um momento determinado, estão obrigados a enfrentar os regimes fascistizantes. Os partidos burgueses, diante da crise do capitalismo e do levante das massas exploradas recorrem às medidas fascistizantes. Usam da violência contra a classe operária e demais trabalhadores. Daí a importância de combatê-los com os métodos próprios do proletariado.

O V capítulo conclui que a luta contra os grupelhos fascistizantes está subordinada à luta contra o imperialismo e a feudal burguesia. Os que, justificando lutar contra o fascismo, se entregam ao imperialismo "democrático", à feudal burguesia e à democracia burguesa não fazem outra coisa senão preparar o caminho para o advento inevitável de um regime fascistizante. Para destruir definitivamente o perigo fascista, temos de destruir o capitalismo como sistema. Para lutar contra o fascismo, longe de atenuar artificialmente as contradições classistas, temos de avivar a luta de classes. Operários e explorados em geral: destruamos o capitalismo para destruir definitivamente o perigo fascista e os bandos fascistizantes! Somente com os métodos da revolução proletária e no marco da luta de classes poderemos derrotar o fascismo.



Rio Grande do Norte

Greve do Magistério resiste diante da intransigência do governo Fátima (PT/MDB) e das manobras da direção do Sinte (PT)

A greve do magistério do RN que exige, dentre outras reivindicações, o repasse do Piso Nacional do Magistério de 2025 (com retroativo), o pagamento dos retroativos suspensos de 2023 e 2024 e o pagamento do 13º e terço de férias dos temporários, completou, nesta semana, um mês. A adesão à greve se mantém em cerca de 50%. O governo Fátima, com suas repetidas propostas de parcelamento do piso até dezembro, sem pagar retroativo, tem se desgastado perante os professores, que são uma de suas principais bases eleitorais.

Para evitar maior desgaste, o governo Fátima (PT/MDB) tem tentado se esquivar de sua responsabilidade enquanto governo eleito, afirmando que qualquer reajuste teria de passar pelo aval do Ministério Público do RN, caso contrário poderia ser enquadrada em improbidade administrativa. No entanto, a categoria prontamente tem rejeitado essa desculpa, exigindo que o governo negocie diretamente com o movimento grevista sem as interferências do Ministério Público.

As manobras do governo Fátima (PT/MDB) e da direção do Sinte/RN (PT) para enfraquecer o movimento

Desde o início da greve, a categoria já estava ciente que a liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do RN (TJRN), em favor do Ministério Público, apenas suspendia o pagamento das parcelas do retroativo do Piso de 2023. Nunca houve, portanto, nenhum impeditivo jurídico para que o governo fizesse o repasse integral do Piso Salarial de 2025, e inclusive pagasse as parcelas do retroativo de 2024.

No entanto, como uma forma de tentar reverter a perda de credibilidade entre os professores, a governadora Fátima viajou até Brasília para se reunir com o Ministro do STF, Edson Fachin, a fim de articular uma decisão monocrática do Ministro que cassasse a liminar proferida pelo pleno do Tribunal de Justiça do RN. Dessa forma, no dia 13 de março, no âmbito da Reclamação Constitucional 74.810 (ajuizada pelo Sinte/RN no ano passado, contra o TJRN), o Ministro Edson Fachin publicou a sua decisão, cassando a liminar do TJRN.

A governadora Fátima, para capitalizar a novidade para si, logo divulgou um vídeo, informando da decisão, como se antes disso estivesse impedida e só a partir de agora pudesse conceder o reajuste do Piso de 2025. A direção do Sinte/RN foi na mesma linha do governo, anunciando a decisão de Fachin como uma "grande vitória" dos professores contra o Ministério Público do RN, confundindo a categoria a tal ponto de que uma parcela dos professores achou que a greve já estava no fim. Algumas escolas, com essa euforia, chegaram a se reunir para discutir o retorno às aulas.

No dia 17/03, pouco antes da Assembleia que ocorreria às 14h, a direção do Sinte-RN correu em busca de uma nova posição do governo, o qual disse que o "obstáculo jurídico estava resolvido, no entanto agora tinha também a questão financeira", e que fecharia uma proposta numa próxima audiência, a ocorrer no dia 21.

Na Assembleia do dia 17/03, a direção do Sinte-RN passou a agir mais abertamente contra a greve. Nos informes das regionais, insistia para que informassem a adesão à greve e "qual tinha sido o recuo" do quantitativo de escolas paradas. Passou a diminuir a greve, dizendo que estava com baixa adesão, que em Natal não havia nem 50% de escolas paralisadas. Tudo isso no intuito de baixar o ânimo da base e fazê-la aceitar uma proposta rebaixada do governo.

Na audiência de 21/03, o governo apresentou sua nova proposta, que seria o parcelamento dos 6,27% do Piso, sendo 4,83% em março (inflação), e o restante, 1,44%, em dezembro, sem retroativo.

Essa proposta revela uma posição do governo, que é de fato de negar o repasse do Piso do Magistério 2025, e se restringir ao reajuste da inflação (4,83%), mesmo índice repassado para o restante do funcionalismo público do RN. Mesmo com a decisão de Fachin, o governo Fátima continua querendo agradar o Ministério Público.

Assembleia de 24/03 delibera uma contraproposta

Até então, a reivindicação da greve tem sido o repasse integral e imediato dos 6,27% em março, com retroativo, e pagamento dos direitos dos temporários, dentre outras reivindicações. No entanto, na Assembleia de 24/03, a categoria, pressionada pelo prolongamento da greve, os impasses na negociação, as pressões do governo para que a categoria cedesse, e os discursos derrotistas da direção (que estavam levando algumas escolas a voltar a funcionar), se viu premida a elaborar uma contraproposta.

A nova proposta do governo era impossível de ser aceita, pois não inclui o pagamento do retroativo. No entanto, a proposta de pagar 4,83% em abril e o restante em dezembro, apesar de manter o parcelamento, contrastou com a primeira proposta, de 2% em março e 4,27% em dezembro.

Na Assembleia, ocorreu uma primeira votação, entre apresentar uma contraproposta ou não. Venceu por grande maioria a apresentação de contraproposta. Na ocasião, a Corrente Proletária na Educação votou junto à minoria, pela manutenção da proposta inicial da greve, de integralidade do Piso. Na segunda votação, quatro professores de regionais do interior, tanto do campo da direção quanto da oposição, apresentaram a seguinte proposta: 4,83% em abril, 1,44% em maio e pagamento das 20 parcelas dos retroativos de 2023, 2024 e 2025 a partir de julho, que foi aprovada por ampla maioria. A Corrente Proletária se absteve, justificando que estava ausente a reivindicação do pagamento dos direitos dos professores temporários de forma imediata.

Primeiro ato de rua em mais de um mês de greve

No dia 27/03, realizou-se o primeiro ato de rua da greve, com concentração no shopping Midway às 9h00 e marcha até o prédio da governadoria, para pressionar pela próxima audiência. Por orientação da direção do Sinte-RN (PT), o ato, que contava com cerca de 300 trabalhadores, ficou espremido em uma única faixa da via. O carro de som era precário. Nota-se a postura da direção do Sinte-RN de não dar importância aos métodos de ação direta, e apostar no enfraquecimento da greve para acabar com o movimento.

No dia anterior, a regional de Mossoró, por parte de sua coordenação, cancelou de última hora a caravana. Na regional de João Câmara, no dia anterior (26/03), em assembleia, a base votou a saída da greve. A direção do Sinte-RN tem avançado no desmantelamento da greve estadual a partir dos interiores.

Ao chegar na governadoria, marcou-se a audiência para o dia 28. Depois, o ato saiu em marcha até a Escola de Governo, onde a governadora Fátima estava em um evento. Ao chegar no local, a governadora, sabendo previamente, fugiu.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R$ 40

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direçao.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Apesar das sabotagens da direção do Sinte/RN, o ato teve um saldo positivo. A presença das outras regionais (Macau, Santa Cruz, Caicó) sustentou o movimento, que pôde, pela primeira vez em um mês de greve, manifestar nas ruas suas reivindicações.

Atuação da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária tem atuado nas assembleias e visitas às escolas defendendo as bandeiras de repasse integral do Piso, a unidade entre efetivos e temporários e desmascarando a postura do governo Fátima de se esconder por trás do Ministério Público para não conceder o Piso e, em seguida, se utilizar da desculpa do suposto obstáculo financeiro. Tem chamado ao fortalecimento da greve, para impor ao governo as reivindicações.

No dia 26 de março foi realizada uma plenária virtual, a fim de garantir a participação dos professores do interior. Na plenária, foi feita uma discussão sobre a situação da greve, as táticas e perspectivas do movimento, concluindo com o chamado à vanguarda presente à construção de uma fração revolucionária que expresse as tendências de luta dos trabalhadores em educação e combata a política traidora da direção do Sinte/RN (PT).

Abaixo publicamos o boletim que estabeleceu a linha geral de defesa da greve.

Boletim da Corrente Proletária na Educação, para a Assembleia de 24/03/2025

Por que rejeitar a proposta do governo?

Na sexta-feira (21/03) o governo apresentou mais uma proposta de parcelamento do Piso de 4,83% para abril e 1,44% para somente em dezembro, tendo a coragem de declarar que não pagará os retroativos.

Em relação ao pagamento do 13º e do terço de férias dos temporários, o governo apenas prometeu que irá aditar individualmente cada contrato, para só então ir realizando o pagamento, por meio de verba indenizatória, até o limite de julho (quando será necessário pagar os 40% do 13º deste ano). Quanto às demais reivindicações, nada concreto. Apenas promessas.

A categoria deve rechaçar qualquer proposta de parcelamento, porque ainda pesa na memória recente dos trabalhadores que o parcelamento abre precedentes para o seu não cumprimento, acumulando várias perdas salariais. Sem contar que o percentual de 6,27% já é muito pouco para parcelar.

Ao anunciar que não pagará os retroativos, o governo sinaliza uma submissão às diretrizes de austeridade do MP e da justiça burguesa, além de legitimar os calotes dos anos anteriores, a exemplo de 2023 e 2024. Trata-se de um grande atentado contra a lei do Piso. A categoria não pode cair nessa armadilha!

Além disso, não há margem para confiar que o governo, de fato, irá cumprir com a promessa de pagar os direitos dos temporários, ainda mais num prazo tão longo. É importante exigir celeridade e concretude. As reivindicações de efetivos e temporários devem ser atendidas conjuntamente!

Por isso, essa proposta do governo deve ser rejeitada! Devemos nos manter firmes na luta unitária, em defesa do Piso Integral e dos retroativos.

- Toda força à greve do magistério!
- Que o governo Fátima repasse integralmente o Piso de 2025, com retroativos!
- Calendário de pagamento dos retroativos de 2023, 2024 e 2025!
- Pagamento imediato do 13º e terço de férias dos temporários!!!
- Unidade entre efetivos e temporários!

Paraíba

SintefPB faz reuniões burocratizadas para divulgação da agenda do governo e ataca a política da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR)

Nos últimos dias, a direção do SintefPB (seção paraibana do SINASEFE) organizou o que chamaram de "SintefPB na base", visitando vários campi do interior. A direção continua nas mãos do Coletivo Pão e Rosas (Resistência/PSOL) e com o carreirista Davi Lobão à frente, que nem atua mais como Coordenador Geral da direção nacional do Sinasefe, mas atua politicamente, principalmente para garantir que o sindicato se alinhe às pautas do PSOL e da frente ampla que compõe com o PT no governo federal.

A CPE divulgou e participou da reunião, que foi extremamente burocratizada – membros da direção chegaram a dizer que iriam fazer análise de conjuntura, encaminhamentos etc. – tudo uma farsa, pois o objetivo dessa reunião é encontrar pessoas dispostas e implementar a linha política governista da direção do Sinasefe em todos os campi. Não fizeram pauta e disseram que era só uma reunião de informes e dúvidas, com a presença da advocacia contratada pelo sindicato. Oferecem um pacote a ser acordado com o sindicato sobre saúde mental, vendendo serviços para atrair sindicalizados.

A CPE/POR questionou a pauta e na sua fala não deixou de pontuar os erros políticos da direção e seu caráter governista, colocando que o mais urgente para a nossa luta é recuperar a independência do sindicato, unificar nossas lutas com as gerais da Educação, sem ilusões em pautas corporativistas ou ir pedir favores ao parlamento. Davi Lobão respondeu atacando o militante da CPE com difamações, vinculando fracassos do sindicato ao militante, dizendo explicitamente que atacar Lula é fortalecer a direita e que a prioridade é não deixar a direita/ultradireita se eleger em 2026. Disse também que a atuação do militante era uma prova de como suas análises eram erradas e de que havia necessidade de construir uma coordenação municipal sem a participação da CPE. Ou seja, assim como em 2022, o PSOL atua para utilizar o sindicato para interesses eleitoreiros, e sob a ilusão de combater o avanço da ultradireita nas urnas, e não da necessidade de combater a ultradireita nas ruas, sob as bandeiras que expressam a luta unificada dos explorados.

Os participantes ficaram apáticos, limitando-se a perguntas e dúvidas burocráticas ou de cunho individuais, mostrando o saldo do refluxo do movimento após a greve. Ao mesmo tempo, muitos saíram insatisfeitos com a reunião e a direção sindical. Claramente não deixaram espaço para análise de conjuntura, ainda mais sabendo que isso daria espaço para discutir os argumentos da direção nacional do Sinasefe, que comemora a votação da LOA (que significou o favorecimento do Congresso Nacional da ultradireita com as emendas parlamentares, enquanto corta verba da educação), afirmando que ocorreu pelas ações promovidas nos aeroportos e sob os parlamentares, a paralisação entre 11 e 12 de março não passou de formalização, pois a grande maioria dos servidores trabalhou normalmente.

O ataque de Davi Lobão à CPE/POR mostra como as direções burocráticas estão cada vez mais violentas para defender o aparelhamento do sindicato, que no lugar de ser um instrumento de luta dos trabalhadores, serve de correia de transmissão da política do governo Federal. É urgente a construção de uma oposição a esse tipo de direção sindical, tanto nas seções como na nacional, para expulsar a burocracia que controla o sindicato e colocá-lo como instrumento de defesa das reivindicações dos trabalhadores.

Rio Grande do Sul

Resposta do POR à política de privatização do governo

Se aprofunda a política privatista na capital gaúcha. O governo municipal avança na privatização do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), na ampliação das parcerias público-privadas (PPPs) em escolas através do projeto "Escola Bem Cuidada", aumenta as formas de gestões privadas na saúde pública (com terceirizações, parceirizações, concessões, etc.), além de ter privatizado a Carris ano passado. Todos estes ataques fazem parte de uma situação de saque generalizado dos serviços públicos, que vai muito além do governo Melo, abrangendo os governos estaduais e federal.

Essa política faz parte de uma pilhagem do capital financeiro nas condições da crise estrutural do capitalismo. Nenhum governo pode ir contra essa tendência que só pode ser realmente enfrentada através da organização independente dos explorados e com os métodos próprios da luta de classe.

A política de privatizações se expressa a partir do próprio governo Lula. Basta ver o financiamento dado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), sob a presidência do petista Aloizio Mercadante e o estudo acerca da privatização da Trensurb, apesar das alusões vazias do governo Lula de retirá-la do Plano Nacional de Desestatização (PND). Além disso, se manteve o Marco Legal do Saneamento Básico (que dá margem às privatizações no setor hídrico), aprovado no governo Bolsonaro e mantido no governo Lula, apesar das promessas eleitorais de revogação.

A nível estadual, o governo Leite foi responsável por uma série de privatizações como a Sulgás (2021), a CEEE (2021) e a Corsan (2023), esta última amparada na lei federal mencionada. Em Porto Alegre, a Carris foi privatizada ano passado na esteira do imobilismo burocrático da direção do STETPOA (sindicato dos rodoviários dirigido pelo PCdoB), que sabotou a greve da categoria. Agora, o segundo governo Melo, já se iniciou processo de privatização do DMAE, se valendo de estudos do BNDES, subsidiados legalmente pelo Marco e que conta mais uma vez com a inércia dos trabalhadores, dessa vez perpetrada pela direção do Simpa (dirigido pelo PSOL).

Todos os governos estão inegavelmente comprometidos com um único e mesmo projeto privatista com o qual as direções sindicais burocráticas colaboram, mesmo que inconscientemente, na medida em que contribuem para manter os trabalhadores na passividade. O que é muito grave, considerando a crise estrutural do capitalismo em decomposição e o impulso das potências imperialistas ao saque dos países semicoloniais, sob a direção do capital financeiro. Eis por que não existem alternativas nos marcos legais da institucionalidade burguesa. Nenhum governo pode contrariar

essa tendência, que foi agravada pela crise de 2008, que sinalizou o choque das forças produtivas com as relações de produção vigentes.

As privatizações, parceirizações e terceirizações respondem a uma necessidade do capital em crise que exige a entrega das estatais, de modo a permitir a aplicação financeira dos capitais excedentes explorando serviços outrora públicos. Diante do esgotamento do processo de valorização, uma massa especulativa de capital fictício se torna incompatível com a própria produção de valor, virando fonte de especulação financeira. Os conglomerados monopolistas sobrevivem dessa jogatina desenfreada, lucrando com o parasitismo financeiro. Ao mesmo tempo, contam com o Estado para salvaguardar seus interesses nos momentos de quebradeira com injeções massivas de dinheiro público, pois, o Estado burguês é o Estado do capital financeiro, a fração mais poderosa da burguesia.

Assim, a mesma Aegea Saneamento (empresa de capital fechado do grupo Equipav) que adquiriu sozinha a Corsan no leilão promovido por Leite também está por trás da privatização do DMAE e já atuava através de parcerias público-privadas (PPPs) na coleta e tratamento do esgoto em nove municípios da região metropolitana de Porto Alegre. Por sua vez, a Equatorial adquiriu a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) em 2000, a Celpa do Pará (2012), a Ceal de Alagoas (2018), a Cepisa do Piauí (2019), as companhias elétricas do Amapá (2021) e, atualmente, participou no leilão da Sabesp do governo ultradireitista de Tarcísio.

Sob o discurso de empresas onerosas ao Estado (embora a maioria dessas empresas seja lucrativa e gere saldos positivos ao orçamento público), alegações de ineficiência e defasagens que resultam da própria precarização dos serviços públicos, se esconde o avanço da monopolização dirigida por um punhado de acionistas do capital financeiro, cujo resultado é a imposição de preços de monopólio, aumentando de forma generalizada o custo de vida, o que explica os ajustes tarifários absurdos pós-privatização e as condições cada vez mais precárias dos serviços, como se comprova no caso dos apagões do Amapá ao Rio Grande do Sul, bem como das constantes falta de água e uma gestão hídrica que mantém subutilizadas as capacidades das companhias. Em conjunto, essas medidas também representam um agravamento no conjunto agregado da inflação que corroi os salários.

Se torna cada vez mais evidente o fato de que não existem alternativas governamentais e jurídicas diante do avanço da espoliação. Somente a organização independente dos explorados em luta pode enfrentar realmente esses ataques. Todo e qualquer desvio do movimento para negociações parlamentares, liminares judiciais, paralisações puramente simbólicas, notas de repúdios, denúncias midiáticas e virtuais não passam de ilusões perpetradas por burocracias sindicais que desejam se manter no poder dos aparatos e blindar os governos, tentando manter os trabalhadores passivos enquanto estes perdem seus empregos, seus direitos e suas vidas.

As burocracias sindicais são amarras da governabilidade do capital em crise para impedir que qualquer luta avance para além dos limites jurídicos burgueses e dos interesses corporativistas que isolam os trabalhadores e os levam à derrota. Toda e qualquer mobilização contra os ataques que afetam o conjunto dos explorados e que podem ser o ponto de partida para uma luta unificada é colocada em segundo plano para priorizar pautas corporativistas que permitem isolar as categorias, como no caso da centralidade dada à data-base que, apesar de importante, conduz a uma negociação em desvantagem, levando à aceitação de reajustes aquém das necessidades reais e desvinculadas do rebaixamento geral que representa o arrocho ocasionado pela inflação permanente.

Se as direções das centrais sindicais continuam mantendo os explorados no imobilismo, é necessário derrubar esse bloqueio burocrático através da luta e da organização independente de qualquer governo. O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os trabalhadores a exigirem dos sindicatos a convocação de assembleias presenciais, formarem comitê de defesa das empresas estatais contra a sua dilapidação e as privatizações. Defende o controle operário coletivo das empresas estatais. Nesse sentido é urgente a convocação de um Dia Nacional de Lutas que unifique o conjunto dos explorados, com paralisações e bloqueios, como preparação de uma greve geral contra as privatizações, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Rio Grande do Sul
Jornal da universidade defende burocracia da UNE

O Jornal da UFRGS, publicou em 10 de março, um artigo intitulado “O cenário atual do movimento estudantil brasileiro”, o qual apresenta uma série de falsificações camufladas por trás de palavras como “complexidade” e “contradição” para fazer a defesa acrítica da direção atual da UNE. O “movimento estudantil” é apresentado à margem da estrutura capitalista do país, das classes sociais e da luta de classes. Dessa forma, o autor consegue apresentar a trajetória da UNE nos últimos tempos como protagonista decisiva nas lutas sociais e políticas, abstraindo o papel burocrático que sua direção tem exercido na manutenção do imobilismo frente aos contínuos ataques ao ensino público no cenário atual.

O texto caracteriza o período da ditadura militar como o mais “radicalizado” da UNE para dizer em seguida que é necessário romper com o “saudosismo” desse momento histórico, pois o “movimento estudantil” se renovaria a partir das “inquietações sociais de seu tempo” e pelas mudanças no “perfil de estudantes”, destacando também que as mudanças na “juventude” acabam por condicionar as pautas e métodos de organização. Portanto, a narrativa apresentada busca mascarar a atuação das direções burocráticas através de “mudanças de perfil” e “conjuntura”, além de usar termos policlassistas como “juventude” e “estudantes”, como se as “dificuldades enfrentadas”, conforme o autor, não fossem justamente demandas de classe: transporte público, conciliação de trabalho e estudos, “dificuldades salariais e de empregabilidade”, etc. Como se reivindicações pautadas nesses interesses não estivessem sendo bloqueadas justamente pela burocracia do movimento estudantil que insiste em políticas eleitoreiras de desgaste dos governos de direita e de manutenção de governabilidade dos governos petistas!

A única parte que poderíamos considerar relevante seria a apresentação de dados sobre a plataformização do ensino e a expansão absurda do EaD (metade das matrículas no ensino superior, conforme dados de 2023). Mas mesmo essa situação não é analisada com base nas contradições econômicas e na orientação do Estado brasileiro de favorecer o ensino privado. Oculta-se que foi justamente a política burocrática da UNE e sua diretriz imobilizante do “fica em casa” durante a pandemia que contribuiu significativamente para o que o texto chama de “defensiva” frente ao “avanço da extrema direita” que tem total interesse na generalização do EaD. Ao mesmo tempo, o artigo exalta o “tsunami da educação” (2019), manobra de desgaste eleitoral do governo feita pela direção da UNE para cooptar as lutas contra os cortes na educação, como uma ação exemplar de dinamismo. Após um primeiro recuo do governo, a direção cantava vitória, embora uma onda nova de cortes tivesse passado depois. Na pandemia, a UNE manteve o imobilismo do “fica em casa” até as vésperas eleitorais,

onde buscou desviar as lutas para o "Fora Bolsonaro". Fica explícito, portanto, o caráter de defesa da burocracia.

Atribui-se ao "ideário neoliberal" a responsabilidade pela desorganização do movimento estudantil, escondendo a orientação de colaboração de classes da direção da UNE que deliberadamente limita e bloqueia qualquer luta genuína dos estudantes em defesa do ensino público e contra os governos burgueses (todos inclusive os do PT) que atacam o caráter público do ensino superior. A despolitização do dito "ideário" é fruto do aparelhamento das entidades representativas dos estudantes, através do qual é bloqueado qualquer debate político amplo desde as bases, fazendo apenas reuniões de cúpula e definindo a própria linha de suas organizações sem passar pelo debate coletivo em assembleias soberanas. A história recente desse aparelhamento é resultado das traições burocráticas do movimento de ocupações de 2015-2016.

A publicação não pôde deformar totalmente a história, uma vez que, por ironia, o jornal colocou imagens e legendas do movimento de ocupações de 2016 sobre o qual o texto não faz um único comentário sequer. O leitor lerá o texto e poderá procurar nas imagens por bandeiras da UNE entre as barricadas, mas não as encontrará. O motivo é simples: as ocupações foram iniciativas independentes das direções burocráticas do movimento estudantil e foram o maior exemplo nacional de combatividade nas últimas décadas. Mesmo com seus limites de coordenação e centralização, o movimento foi o culminar de uma série de levantes independentes pelos quais o país vinha passando, trazendo consigo as "inquietações sociais" das jornadas de junho de 2013, das lutas contra a Copa de 2014, das ocupações secundaristas de 2015 e 2016, movimentos que iam contra a política de colaboração de classes da qual a direção da UNE faz parte.

Em 2015, os estudantes secundaristas de São Paulo realizaram uma série de ocupações de escolas públicas até derrotarem a proposta de reorganização escolar que previa o fechamento de 94 escolas e a transferência compulsória de 311 mil alunos e 74 mil professores. O exemplo do movimento ganhou projeção nacional e se difundiu pelo país. No ano seguinte, em Goiás, estudantes e professores ocuparam escolas e a Secretaria de Educação contra a privatização da gestão, em São Paulo, as ETECs se levantaram contra o escândalo do roubo da merenda no governo de Alckmin, no Rio de Janeiro, estudantes e professores lutavam contra os cortes, assim como no Ceará e no Rio Grande do Sul. A nível nacional, o carro-chefe dos ataques era a MP do Ensino Médio do governo Temer que foi responsável pelo atual Novo Ensino Médio (NEM), bem como o Teto de Gastos que também desencadearam as ocupações de universidades.

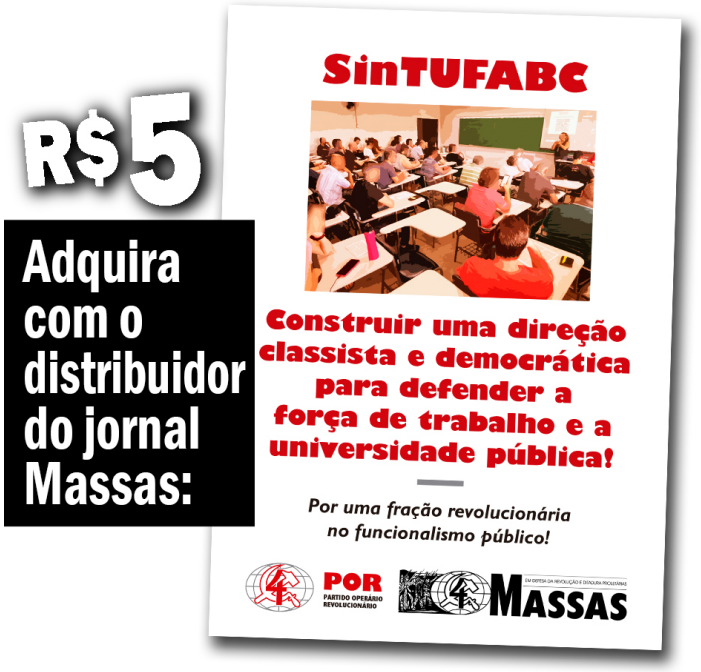
No entanto, a UNE e a UBES não estavam totalmente ausentes das ocupações. Vieram cumprir seu papel e realizar uma série de golpes no movimento: no Rio Grande do Sul a política de traição burocrática chegou ao extremo. A direção da UMESPA/UBES negociou uma proposta de desocupação totalmente rebaixada com o governo Sartori, após a ocupação da Assembleia Legislativa, dirigida pela UJS, Juntos! e PPL. Em resposta, os estudantes organizados de forma independente da burocracia através do Comitê de Estudantes Independentes (CEI) realizaram uma ocupação na Secretaria da Fazenda (Safaz) que foi brutalmente reprimida (inclusive com métodos de tortura na desocupação), com a conivência das direções burocráticas. Logo depois da burocracia secundarista retomar o controle da situação com seu acordo que deu legitimidade à repressão, a direção do CPERS também negocia com o governo a desocupação do Centro Administrativo Fernando Ferrari, uma ocupação realizada pelos professores em luta no mesmo período. O resultado foi a derrota da greve dos estudantes e professores, com acordos extremamente rebaixados pelas direções.

Assistimos, em 2016, na UFRGS, uma ocupação estudantil na reitoria (na época do reitor Rui Oppermann, de "esquerda") contra mudanças na política de ações afirmativas que visavam dificultar ainda mais o ingresso de estudantes cotistas. Durante o combate, os apoiadores do reitor que também eram subordinados à direção da UNE (PT, PCdoB, PSoL), criaram artificialmente um movimento chamado Balanta (hoje inativo, pois só foi criado para desmantelar a ocupação), autoproclamado representante do movimento negro, instituíram que somente pessoas negras deveriam votar nas assembleias da ocupação e, através da penetração de seus militantes no movimento, conseguiram maioria e votaram pelo fim da ocupação e aceitação das propostas da reitoria. Resultado? O estabelecimento da "matrícula provisória", conhecida como "matrícula precária", que resultou posteriormente na expulsão de vários estudantes cotistas nos últimos anos. Nesse mesmo ano, várias matrículas de estudantes foram indeferidas. Estes aguardavam a emissão de certificados de conclusão do ensino médio que foi atrasada pelo Estado, que exigia cumprimento das "aulas perdidas" nas greves e ocupações. A medida do reitorado amparada pela burocracia estudantil deu respaldo à decisão do Estado, atingindo os secundaristas que ingressavam no ensino superior.

Se o movimento "perdia fôlego" é porque era sistematicamente sufocado! Depois de contínuos ataques da burocracia (PT, PCdoB, PSoL), prepararam o terreno para arregimentar as massas estudantis para o "voto antifascista", na solução eleitoral de 2018 diante do bolsonarismo, que cresceu por causa da desmobilização causada pela política traidora dessas direções (que, através da falsificação, responsabiliza de forma desonesta as revoltas combativas de 2013, 2014 e 2016 como "ovos da serpente"). As eleições de 2018 conseguiram empurrar para uma mesma frente eleitoral todas as correntes de esquerda que outrora simulavam oposição (como PSTU e PCB), favorecendo ainda mais o aparelhamento e o desmonte das iniciativas independentes.

Na UFRGS, a situação de imobilismo foi interrompida parcialmente quando estudantes indígenas ocuparam um prédio antigo da SMIC em 2022, em defesa de uma casa de estudantes específica para indígenas. A UJC participou do movimento e se projetou na eleição do DCE, ganhando a disputa (assim como em vários DAs), assumindo a gestão em 2023. No entanto, a ruptura do PCB, devido às posições vacilantes diante da guerra na Ucrânia e a volta do governo Lula, deixou os aparatos em situação de abandono, afetando também a mobilização contra a continuidade das contrarreformas, do Novo Ensino Médio e manutenção do Teto de Gastos, todas medidas que o governo petista manteve.

Como resultado dessa atuação desastrosa, a frente formada pelo PSoL (Juntos, Ocupe) e UP (Correnteza) ganha a eleição do



DCE (e também vários DAs juntos). Em 2024, diante das greves dos técnicos-administrativos e docentes, assumiram uma posição de apoio retórico ao movimento (com notas e vídeos de Instagram), sendo obrigados a participar da paralisação do IFCH após as bases terem aprovado a mobilização. Esse processo foi interrompido devido às enchentes de maio, cuja resposta burocrática das direções foi suspender todas as mobilizações em curso, no lugar de unificá-las diante dos ataques dos governos que continuaram durante a calamidade (e se agravaram inclusive). Com a retomada da normalidade, a gestão do DCE retomou o controle burocrático das entidades e as orientou no sentido de defender a paridade e a eleição da reitoria. A eleição da reitoria acaba favorecendo o PT, com a eleição da chapa da Márcia Barbosa que é acompanhada de uma vitória eleitoral do PT também no DCE. Assim, o "movimento estudantil da UFRGS" entra em 2025 com uma gestão inteiramente orientada conforme a governabilidade do governo Lula, articulado também com o reitorado. Não é de se surpreender, portanto, que o jornal da UFRGS tenha que contar a história do movimento estudantil e seu cenário atual, pois é uma propaganda oportuna para limpar a imagem da direção da UNE.

Vê-se, então, que o atual imobilismo do movimento estudantil não é uma "complexidade" emergente da "História", porque a "História" não é responsável por tomar decisões. São pessoas reais de carne e osso e grupos bem específicos que geram resultados históricos com suas ações, e são elas que devem ser responsabilizadas, e mais do que criticadas, devem ser derrubadas e derrotadas nas decisões que tomaremos daqui pra frente.

Finalmente o artigo apresenta como a grande virtude da UNE precisamente a explicitação da sua orientação burguesa, celebrando sua proposta de "regulamentação do ensino privado" e duma "reforma universitária que visa modernizar a estrutura acadêmica", quer dizer, aceitando o predomínio dos interesses privatistas no ensino superior e imaginando a possibilidade de "reformar" uma universidade burguesa decadente, reflexo da decadência capitalista e do atraso do país. É essa orientação burguesa da UNE a que se expressa na ideia do autor para quem a UNE teria "um papel como um ator fundamental por um Brasil mais justo e democrático".

Essa experiência negativa deve ser compreendida para se lutar contra todas as variantes da política burguesa e pequeno burguesa que controlam as organizações estudantis e assim bloqueiam as lutas da juventude por um programa de transformação da educação que se encontra em choque com o capitalismo em decomposição. A tarefa mais imediata é a de formar uma fração revolucionária da juventude oprimida que lute pela recuperação das organizações estudantis e pela defesa de um sistema único de ensino público e gratuito, controlado por quem estuda e trabalha.

São Paulo - ABC

Encontro da CPE-UFABC discutiu a obra 'Ser ou não ser feminista'

No dia 25 de março, a Corrente Proletária pela Educação realizou mais um Encontro na UFABC, campus Santo André. Com base nas discussões sobre o feminismo travadas durante o período eleitoral do SinTUFABC, a atividade teve como foco o estudo coletivo do livro "Ser ou não ser feminista", da jornalista Ana Montenegro, e do Manifesto Massas distribuído no ato do Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras. Como informes iniciais, foi relatada a movimentação de ferroviários contra a privatização da CPTM, o Ato Regional de Mulheres do ABC, ocorrido em 22/03, e o Ato contra a Reforma Administrativa, realizado em frente à FIESP no dia 24.

Os participantes se dividiram em quatro grupos: três debateram trechos do livro de Ana Montenegro, conforme extrato elaborado para o Encontro, e um analisou o Manifesto. Depois juntaram-se para cada grupo apresentar uma síntese do estudo no grupo e para construirmos uma síntese coletiva.

Foram destacados os seguinte tópicos: ao contrário do que diz a academia burguesa, desde a sua origem, no século XIX, o marxismo discute as opressões, inclusive considerando que a origem da opressão de classe coincide com o patriarcado ou, ainda, com a opressão do homem sobre a mulher na estrutura familiar monogâmica; a classe dominante se beneficia do domínio do homem sobre a mulher; a divisão do trabalho e a propriedade privada como bases materiais da opressão das mulheres; a separação, pelo feminismo burguês e pequeno-burguês, da opressão da mulher na estrutura econômica baseada na propriedade privada, base material de toda forma de opressão, inclusive da opressão sobre a mulher, que suporta socialmente a escravidão doméstica; o fato de que historicamente o termo "feminismo" esteve associado a movimentos da pequena burguesia, o que pode ser verificado pelo contraste entre as reivindicações das mulheres burguesas (voto, liberdade sexual, inserção no mercado) com as das trabalhadoras (comida, creche etc.); apesar da inserção das mulheres no trabalho social fora do ambiente doméstico, essas continuam escravas do espaço privado do lar, acumulando jornadas de trabalho, e enfrentando um trabalho externo alienante, por isso continua necessária a libertação das mulheres como parte da libertação da classe operária e da humanidade.

Com o aprofundamento da crise de direção revolucionária, parte da esquerda passou a defender um "feminismo reformado", nomeado de "classista", "marxista", "socialista", distanciando-se da luta classista e do programa revolucionário da classe operária. Nesse sentido, foi observado como, historicamente, a consciência está ligada à realidade material, inclusive às movimentações políticas.

Sobre o Manifesto, destacaram-se: a denúncia das violências contra mulheres em âmbito local e mundial (evidenciando o genocídio em Gaza, onde 70% das vítimas são mulheres e crianças); o impacto das contrarreformas dos governos Temer, Bolsonaro e Lula, que aprofundam a precarização da vida das trabalhadoras; a defesa da luta das mulheres como parte indissociável da luta de classes; a relação do Manifesto com o texto, principalmente no que se refere a estrutura econômica do modo de produção. Reafirmou-se que o vínculo da opressão feminina à luta de classes não dilui sua importância, mas, ao contrário, oferece o único caminho efetivo para superar a opressão sobre a mulher, assim como todas as formas de opressão.

Destacou-se, ainda, a importância do trabalho coletivo, citando como exemplo a nossa participação no Ato em São Caetano do Sul, no qual diferentes camaradas contribuíram de alguma forma, seja participando das reuniões preparatórias, fazendo a convocação, elaborando o manifesto, e/ou participando da manifestação. O próximo Encontro da CPE-UFABC ficou agendado para 15/04, às 17h30, no campus Santo André, com discussão da resposta marxista à opressão sobre a mulher, visando organizar a intervenção no Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras da FASUBRA-Sindical.

São Paulo - ABC

Marcha das Mulheres em São Caetano do Sul

A tradicional Marcha das Mulheres do ABC Paulista que se segue ao Dia Internacional da Mulher Trabalhadora em 8 de março, este ano aconteceu em 22 de março, na cidade de São Caetano do Sul. Com cerca de 300 pessoas ao longo da marcha, o ato foi menor que os realizados em anos anteriores em outras cidades da região. O formato da manifestação é similar ao do ato que ocorre na capital paulista. A bandeira principal foi "Unidas na Luta, pela vida de todas as mulheres e do planeta, contra o fascismo, por justiça e democracia". O ato foi dirigido pela Frente Regional do ABC, que inclui várias correntes políticas e sindicatos, com destaque para o PT.

Buscando realizar o chamado "ato leve", a organização elaborou um percurso com seis paradas temáticas, em que os "temas" seguiam os eixos do folder de convocação. À exceção do trecho final, os locais não tinham aglomeração de pessoas, de maneira que as intervenções não se dirigiam diretamente às massas. O Pão e Rosas, coletivo feminista ligado ao MRT, compareceu ao ato, mas como não participou da organização do ato e não estava escalado para falar, logo se retirou. Na Câmara Municipal, local de concentração do ato, aconteceram seis intervenções que foram destinadas às vereadoras regionais do PT e PSOL e uma representante do mandato da Deputada Estadual Bebel (PT). A UP reivindicou a intervenção na figura de Amanda Bispo por ter sido candidata à prefeita. Assim como no ato central, o PCR/UP usou o artifício de falar por diversas colaterais partidárias (UP, Frente Negra Revolucionária, Movimento de Mulheres Olga Benário, MLC, UJR, MLB). Essa tática prolongou o ato, que durou cerca de 5h, dispersando as pessoas durante a marcha.

Durante a marcha, o bloco "Mulheres do ABC" esteve à frente, realizando batucadas, apresentações poéticas e cenas teatrais. A principal palavra de ordem puxada na frente do ato foi "Sou feminista, não abro mão, eu quero ver Bolsonaro na prisão" e "Sem anistia". Durante todo o percurso, se expressaram enormes ilusões no judiciário e, principalmente, no parlamento burguês. Foram raros os momentos de combatividade, como na agitação em defesa do aborto em frente à Igreja Matriz. No trecho mais movimentado, na Rua Santa Catarina, as trabalhadoras das lojas saíram até a porta, porém a reivindicação do fim da jornada 6X1 que atinge diretamente todas aquelas trabalhadoras passou despercebida pela direção do ato e não houve ali a parada programada, ficando o ato diluído no contexto pequeno burguês de "uma vida florida", com um batuque sem significado político.

O ABC Paulista que protagonizou grandes lutas operárias, vive um enorme retrocesso frente às direções conciliadoras que se instalaram nos sindicatos. A região tem amargado uma desindustrialização, desemprego e aprofundamento das políticas de destruição dos sistemas de saúde, educação e moradia públicas. As várias estatísticas veiculadas pelos institutos burgueses mostram a realidade dura, e como a burguesia joga o peso da crise econômica nas costas das operárias (metalúrgicas, têxteis, químicas), domésticas, comerciárias e servidoras. Mas, frente a essa dura realidade, as direções sindicais não jogam nenhum peso na organização das trabalhadoras. Apesar dos sindicatos terem sua pasta ou coletivo de mulheres, desde a CUT que faz parte da Frente Regional de Mulheres, mas também a Força Sindical que dirige alguns dos maiores sindicatos no ABC, praticamente não houve apoio com carro de som.

O Partido Operário Revolucionário participou de duas reuniões organizativas da Frente Regional já no seu final, pois soubemos tardiamente das reuniões, o que dificultou fazer um debate mais profundo das reivindicações e das bandeiras nas reuniões, embora nossas posições sejam amplamente conhecidas pelas dirigentes da Frente. Reivindicamos a intervenção e pedimos para nos posicionar no tema, pelo fim da jornada 6X1, ponto que parecia secundário para as correntes políticas.

Durante a marcha, o POR se destacou fazendo agitação contra toda forma de opressão, contra a escala 6x1 e em defesa do povo palestino. Nosso pronunciamento estava previsto para ocorrer na parada da Rua Santa Catarina, onde reúne o maior número de lojas, e aconteceu em frente às Casas Bahia, local em que houve denúncias à família Klein. Junto à distribuição do folder do ato, distribuímos nossos Manifestos à marcha e em defesa do povo palestino. Nossa intervenção, nos materiais, agitações e pronunciamento, se diferenciou de todas as demais pelo fato de defender a vida das mulheres com o programa da revolução proletária e fazer uma crítica classista e revolucionária à política reformista, pacifista e eleitoreira. Na passagem pela Vigor (fábrica de laticínios) várias operárias já prontas para entrar na produção quiseram saber o que estava acontecendo, quando distribuímos os materiais. Para nós (POR) foi de enorme importância as operárias saírem da fábrica depois de vestidas com os seus uniformes para receberem o Manifesto.

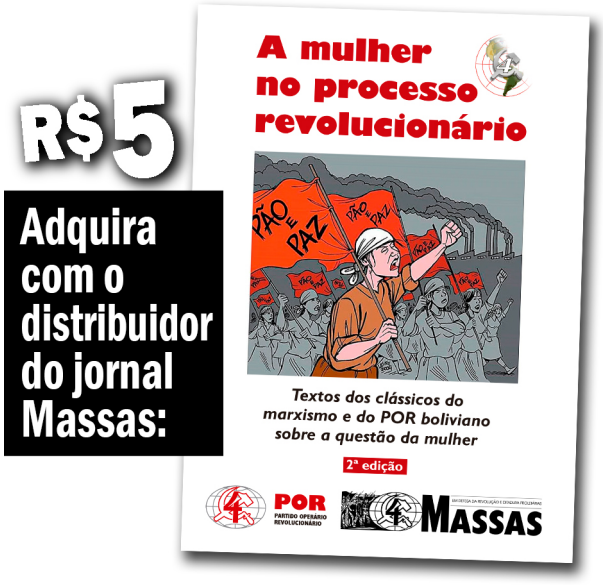
Paraíba – João Pessoa

Intervenção no ato do 8M

Um ato festivo na contramão das necessidades vitais das mulheres oprimidas

O Movimento de Mulheres da Paraíba organizou a programação da manifestação de 8 de março em João Pessoa. Pela manhã, houve uma oficina de cartazes e propostas de atividades com crianças. Durante a tarde, por existir uma caminhada em forma de cortejo e a leitura de uma carta-manifesto, possibilitou uma atuação do POR.

O trecho escolhido, além de muito curto, contou com um número bem baixo de participantes, e não teve a participação de sindicatos e organizações, apenas enviaram representantes. A leitura foi feita em uma praça no meio de um show de samba, mal permitindo escutar. Pela quantidade de gente, barracas etc., não houve condições de montar a banca de materiais



do partido. Em função das festividades e do número pequeno de participantes, a distribuição do Manifesto do partido foi também pequena.

Foi um ato sem a menção direta de palavras de ordem como aborto, violência e contra a escala 6x1. Esteve limitado à bandeira do filme: "Ainda estamos aqui: vivas e festejando." Manifestações como a ocorrida em João Pessoa não servem para a organização das massas femininas em defesa de suas reivindicações, bem como do conjunto dos explorados.

É fundamental pôr em pé um Dia Mundial das Mulheres Trabalhadoras, sobre a base de um programa de reivindicações, em defesa dos empregos, salários, direitos e fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização, que vêm golpeando a maioria das mulheres oprimidas.

Rondônia

Um dia de paralisação que se converteu em mais uma enrolação

No dia 18/03, o Sintero realizou assembleias simultâneas nas 11 regionais do estado, para deliberar sobre o resultado das intermináveis mesas negociações com o governador. Nesta assembleia, os trabalhadores em educação rejeitaram as propostas do governo Marcos Rocha, que visava protelar as respostas aos pontos de pauta da categoria quanto ao aumento do auxílio-alimentação que conta 10 anos sem aumento; auxílio-transporte; gratificação por titulação, conforme o Plano Estadual de Educação (PEE), equiparação salarial entre os técnicos em educação de nível I e II e equiparação entre técnicos e professores perante o Piso Salarial.

A categoria majoritariamente aprovou a paralisação para o dia 25 e outra parcela mostrou disposição pela greve. Mas, como de costume, as manobras da direção para não ocorrer uma greve imediatamente não foram aprovadas, somente uma paralisação de um dia.

O governador prometeu atender somente o que estava relacionado com o Piso do Magistério. No entanto, a exigência era de que houvesse uma resposta até o dia 25.

Os trabalhadores realizaram paralisação acreditando no atendimento das reivindicações. O que aconteceu foi mais uma reunião, as chamadas mesas de negociações, em que a Secretária da Educação disse que daria uma resposta apenas no dia 10 de abril, sobre o auxílio-transporte e alimentação. No caso das gratificações por titulação, a Secretária de Educação se comprometeu em apresentar um estudo até julho, que acabou sendo antecipado para 10 de junho. Enquanto ocorria essa reunião, os trabalhadores ficaram acampados o dia todo em frente à Seduc e à Assembleia Legislativa.

A Corrente Proletária da Educação/POR interveio com banca de materiais e um manifesto. Defendeu que a paralisação se convertesse em uma greve ativa, com manifestações de rua, para de fato exigir uma resposta do governador. E que a greve seria a única forma para pôr fim à enrolação do governador e da Secretária da Educação. Também em sua defesa destacou a importância da unidade dos trabalhadores da educação com os demais explorados e que para isso era preciso que a CUT, sindicatos e movimentos convocassem um Dia Nacional de Luta com paralisação para unir os trabalhadores em defesa de um programa próprio de reivindicações, que inclui a luta pelo ensino público e contra os ataques dos governos.

Ceará

Privatização da alimentação escolar da rede estadual

No segundo semestre de 2024, muitas escolas profissionalizantes e de tempo integral passaram a ter a merenda e almoço gerenciados por empresas terceirizadas. Antes disso, a verba era enviada para a escola e a direção comprava a alimentação por meio de licitação. No entanto, o governo resolveu terceirizar esse processo, contratando empresas do ramo alimentício para fornecer almoço aos estudantes.

Esse novo modelo tem apresentado, segundo relato de alunos, professores e funcionários, inúmeros problemas, dos quais destacamos a falta de autonomia da escola de comprar direto do fornecedor (podendo escolher o melhor produto, definir a qualidade etc.)

Para piorar, muitas merendeiras foram demitidas e as que permaneceram nos quadros de funcionários têm se deparado com péssimas condições de trabalho, pois têm que trabalhar dobrado para "dar conta do serviço". Muitos alunos vêm relatando que houve uma queda significativa na qualidade da alimentação. Existindo até relatos de carne podre e larvas no almoço e merenda.

A Corrente Proletária alerta os trabalhadores em educação que esse é o processo pelo qual se inicia a privatização da educação, a exemplo do que ocorre em São Paulo. Por esse motivo, defendemos que as merendeiras que já estão há anos trabalhando nas escolas sejam efetivadas e que haja concurso para novos funcionários. Que a alimentação seja gerenciada pela escola, dando autonomia para a comunidade escolher onde deve e como adquirir a matéria-prima para alimentação dos estudantes.

Abaixo a privatização da merenda escolar do governo Elmano/PT!

NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº12 Outubro 2024

O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.

São Paulo

Funcionários da Educação - AFUSE

Fortalecer a Corrente Proletária para combater a política traidora da direção do sindicato e para enfrentar os ataques de Tarcísio e Feder

No dia 14 de março, a direção da Afuse convocou reuniões de Representantes das Escolas em diversas regiões. No entanto, a reunião mais significativa ocorreu na capital, com todas as subsedes unificadas.

O primeiro ponto foi a apresentação da nova diretoria, com destaque para a presidente Rosana, que anteriormente ocupava o cargo de secretária-geral. Em seguida, foram apresentados os diretores regionais. Após a apresentação, a palavra foi passada para João Marcos, que atualmente ocupa outro cargo na diretoria. Ele discursou por horas sobre a intenção da "nova direção" de apresentar um novo plano de carreira ao governo.

Por que elaborar um novo plano de carreira? Qual o propósito desse debate? Segundo a direção, a motivação veio após um grupo oposicionista próximo ao governo direitista de Tarcísio, e sem ligação com o Sindicato, ter lançado uma tabela de plano de carreira e iniciado supostas negociações com o governo. Sentindo-se ultrajada, a direção da Afuse decidiu também debater uma proposta de novo plano de carreira.

No entanto, a discussão na reunião não passou de "palavras jogadas ao vento", como diz o ditado. A única proposta concreta apresentada foi a do piso salarial vinculado ao piso nacional em tramitação no Congresso Nacional. O objetivo real era apenas acalmar os ânimos diante do arrocho salarial, do custo de vida elevado, dos atrasos salariais das terceirizadas e dos contratos temporários precários.

A Corrente Proletária da Educação precisou insistir para defender a convocação de uma assembleia geral. Se não forçasse a discussão, sequer seria ouvida. Embora a direção afirme que ouve todos, na realidade, não abre espaço para os que fazem oposição.

O descontentamento dos representantes ficou evidente quando a maioria aplaudiu e defendeu a assembleia geral como método para garantir uma ação coletiva da categoria.

A postura da direção da Afuse demonstrou que não há qualquer intenção de convocar uma assembleia geral. Isso ficou claro quando afirmou: "Não temos uma proposta formulada, temos de observar o que o governo está fazendo e como ele se movimentará".

No dia 15 de março, no Conselho Estadual, foi apresentada uma proposta aos conselheiros. No entanto, a direção usou os mesmos argumentos: "é apenas uma proposta" e "tudo depende da Secretaria da Educação". Na realidade, acabou demonstrando que não tem nenhum empenho em organizar os funcionários de escola.

A proposta da Corrente Proletária de convocação de assembleia estadual sequer foi apresentada aos membros do Conselho. Enquanto a direção do sindicato está de joelhos diante do governo, Tarcísio segue firme com a privatização do Quadro de Apoio Escolar. Neste início de ano, autorizou a contratação de 20 mil Agentes de Organização Escolar sob o regime da Lei 1.093/2009, um processo destrutivo para nossa categoria. Esse contrato é extremamente precário, com um piso salarial mínimo de R$ 1.640,00 e, após o término do vínculo, impõe a duzentena. A terceirização já é um fato consumado, tanto para o governo quanto para a direção do sindicato. Está aí por que a Corrente Proletária insiste em fortalecer essa oposição classista e de luta. Sem um trabalho sistemático junto aos funcionários, desde as escolas, não será possível recuperar a Afuse para a defesa das reivindicações e para enfrentar o governo bolsonarista de Tarcísio.

São Paulo – Francisco Morato

Denúncia sobre a penúria salarial dos funcionários de escola na rede municipal

A Corrente Proletária recebeu uma denúncia de uma funcionária da rede municipal de Francisco Morato, que fica na região metropolitana de São Paulo. A situação narrada pela trabalhadora se repete Brasil afora, refletindo as péssimas condições salariais e de trabalho impostas pela burguesia e seus governos, o que, por sua vez, expressa um problema mais profundo, que é a falência da educação brasileira.

A camarada apresentou um conjunto de informações acerca da defasagem salarial na rede. Por exemplo: o Auxiliar de Atendimento Educacional trabalha 30 horas semanais e recebe o salário-base de R$1.330,00, menos que o salário mínimo do governo federal. O comentário da companheira resumiu bem a situação: "isso é uma vergonha!". Pior ainda é receber essa miséria e ainda conviver com as péssimas condições de trabalho. Um dos problemas é o desvio de função: "tem Auxiliar assumindo sala de aula, ficando com as crianças sem a presença do professor".

A companheira ainda relatou o seguinte: "aqui no município está muito complicado, não temos nenhum apoio do sindicato". Interessante observar que a perspectiva da funcionária é a de quem sente na pele a necessidade da organização, mas não encontra respaldo no sindicato, devido à política de sua direção. Ainda observou: "faz 10 anos que estou no município, sou filiada ao sindicato e nada é para os funcionários". O descontentamento com a direção do Sinteframo fica evidente. Cabe destacar que o prefeito de Morato é Ildo Gusmão (do Republicanos, mesmo partido do governador Tarcísio). Venceu as eleições de 2024 com 60,88% dos votos válidos no 1º turno. Um governo direitista, que aplica a linha de desmonte e precarização da educação pública.

A seguir, a companheira colocou o problema da divisão no seio da categoria: "a categoria é muito desunida, pois tem três cargos para a mesma função e salários completamente diferentes, e defasados". Aqui vale destacar a forma empregada pelo governo para impor um obstáculo à luta da categoria, que é a segregação em subcategorias artificiais, exatamente como se passa na rede estadual de SP, com a separação entre efetivos, estáveis (Categoria F) e contratados

(Categoria O). E mais: vale notar o flagrante desrespeito ao princípio de "trabalho igual, salário igual".

A Corrente Proletária se solidariza com a companheira e demais trabalhadores da rede. Mais do que a solidariedade, defende a necessidade de organização e luta da categoria. Está claro que a direção do sindicato não está à altura da tarefa de enfrentar o direitista prefeito Ildo. É fundamental erguer uma oposição, classista e revolucionária, no interior do Sinteframo. É por esse caminho que a base da categoria poderá retomar o sindicato para a luta e, assim, avançar no combate por suas reivindicações.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária nas reuniões de professores

Lapa

No dia 15 de março de 2025, ocorreu a primeira reunião de Representantes de Escola da subsede Oeste-Lapa da Apeoesp. Novamente, a pauta central a ser discutida era o indicativo de greve para a assembleia com paralisação do dia 21 de março.

A chapa 1, representada pela Articulação Sindical (PT), Resistência (PSOL) e PCB, novamente veio com a proposta de construção do calendário de lutas e adiamento da greve. Por outro lado, nós, da Corrente Proletária na Educação (POR), defendemos a proposta em favor da greve, junto aos demais agrupamentos de oposição (CST e PSTU).

Em 2024, ainda com dificuldades perante as manobras da burocracia sindical, acumulamos derrotas regionais nas votações, apesar da vitória eleitoral em 2023. Ganhamos as eleições, mas não tínhamos ainda força contra os setores burocráticos em termos de presença de representantes da base. Durante o ano passado e, sobretudo, no começo de 2025, nossa militância na região melhorou a frequência de visitas às escolas. Estabeleceu-se um plano bem definido de roteiro de visitas, com dias e horários mais adequados. A partir disso, conseguimos trazer mais REs à reunião e, pela primeira vez desde o começo do mandato da oposição na subsede Oeste-Lapa, fomos capazes de derrotar a burocracia, ainda que por um número mínimo (28 a 24).

Além do trabalho realizado na base, é importante salientar o balanço sistemático das ações do sindicato: relembrar que o discurso em prol da eterna "construção da luta" levou a derrotas e mais derrotas em 2024, como a aprovação das escolas cívico-militares, leilão das escolas e privatização das gestões escolares. Além disso, tivemos um importante papel ao demonstrar mais uma vez que o governo Lula é um governo de continuidade de Temer e Bolsonaro e que auxilia Tarcísio nos ataques à educação. Isso eleva politicamente a discussão na subsede regional junto aos REs e cumpre o importante papel de combater a tática da burocracia de cooptar os trabalhadores considerados de esquerda a uma linha de defesa acrítica do governo Lula que, na prática, implica defender a democracia e o próprio Estado burgueses.

Temos muito trabalho ainda por fazer, porém, nossa tática de intervenção, embora necessite melhorias, apresenta boas perspectivas à construção da Corrente Proletária na Educação junto aos professores da região.

ABC- Mauá

Em 18 de março, foi realizada a reunião de RE´s da subsede de Mauá (que abrange as escolas das cidades de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - todas pertencentes ao Grande ABC). A pauta discutida foi a que segue: 1) Informes; 2) Conjuntura; 3) Assembleia do dia 21; 4) Reunião com Aposentados.

Ao discutir os informes, foram expostos os dados pertinentes ao Quadro Escolar da região, dados alarmantes e que refletem a política destruidora para a educação: segundo o QE (Quadro Escolar) de 2024/25, foram fechadas 44 salas de aula do Ensino Médio, 37 salas de aula do Ensino Fundamental II (Anos Finais) e 23 salas de aula de Ensino Fundamental I (Anos Iniciais), além do fechamento da EJA da EE. Pe. Afonso Pachotte e superlotação da EJA na EE. Prof. Odila Bento Mirar. A DE justifica o não desdobramento da sala devido à frequência irregular dos estudantes matriculados.

Tanto o fechamento de salas de aula do ensino regular quanto da EJA teve um reflexo direto na categoria: demissão em massa de professores, crescimento do número de professores subempregados e centenas de alunos trabalhadores sem acesso ao ensino noturno.

Na Diretoria de Ensino de Mauá, há professores efetivos de Ciências Humanas que foram obrigados a ministrar aulas em duas ou mais escolas para completar a carga. Uma parte foi punida com a perda de carga suplementar, devido aos afastamentos de licença saúde por doenças profissionais. No caso dos professores Categoria O, salvo os pouquíssimos que tiveram sua recondução efetivada, a situação é terrível, pois estão com aulas picotadas, em boa parte como substituição, sendo obrigados a trabalhar como professores eventuais. Isso sem dizer da grande maioria que se encontra desempregada.

Outro ponto de discussão foi a inclusão de duas escolas de Ribeirão Pires no Projeto de Escola Cívico-Militar (EE Prof. Casemiro Puffo e EE. Dona Anna Lacivitta Amaral), ambas em processo adiantado de consulta junto à comunidade escolar.

A Corrente Proletária interveio com seus materiais e defendeu a greve como o verdadeiro método de luta. A representante da Articulação omitiu a proposta da burocracia contrária à greve já. Como a maioria dos presentes eram perfilados com as correntes de oposição, o encaminhamento aprovado foi de deflagração da greve.

Itaquera

No dia 15, foi realizada a Reunião de Representantes de Escolas da subsede de Itaquera. Estavam presentes cerca de 60 pessoas, entre conselheiros e representantes regionais. A pauta debatida tinha os seguintes pontos: 1) Informes, 2) Conjuntura, 3) Assembleia de 21/03 e 4) Homenagem ao dia 8 de março

Sobre os Informes: 1) A Corrente Proletária anunciou que no dia 18 teria assembleia dos municipais. Que os problemas enfrentados são semelhantes aos dos estaduais e que era preciso unificar a luta do funcionalismo para combater os governos privatistas. Completou criticando as direções sindicais que dividiram a luta em assembleias em datas diferentes; 2) Foi dado o informe sobre o movimento contra a jornada 6 x 1; 3) A maioria do plenário mostrou a difícil situação dos professores contratados, que foram aprovados no concurso e não tomaram posse, bem como dos que fizeram o PSS, mas que tiveram de pegar 2 aulas e para completar o rendimento salarial estão eventuando na própria escola; 4) Informou-se também que os professores efetivos tiveram perda de carga suplementar devido às licenças de saúde. Situação semelhante ocorre com os municipais ameaçados de perderem a JEIF, caso ocorram mais de 30 dias de afastamento.

A Corrente Proletária interveio com a banca de materiais e seu boletim. Em suas intervenções defendeu: 1) a greve no dia 21/03 e a unidade com os municipais; 2) um Dia Nacional de Luta em defesa dos direitos, dos salários, e pelo fim da jornada 6x1 e das contrarreformas; 3) formação dos comandos de base de visitas às escolas, para debater a greve como método prioritário para impor as reivindicações.

Contrariamente à proposta de greve, um militante da chapa 1, ligado à Escola na Luta, defendeu uma proposta de calendário de mobilização e assembleia para abril. No momento da votação de propostas, a mesa colocou em votação a greve. Assim, todos votaram pela greve. Ocultando, assim, a proposta contrária à greve expressa no calendário de mobilização.

No final da reunião, houve uma homenagem ao Dia Internacional das Mulheres.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária nas reuniões de professores

1. Os governos há muito vêm reduzindo os recursos à educação pública. E a situação chega, hoje, à beira da penúria em vários estados e municípios. Dados recentes mostraram que o Brasil foi o segundo país que mais reduziu investimentos públicos em educação entre 2015-2021, ficando abaixo somente da Argentina. Em novembro de 2024, o governo Lula impôs um plano de retirada do orçamento do Ministério da Educação de R$ 42,3 bilhões, nos próximos cinco anos. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no mesmo período, fez aprovar uma Emenda à Constituição, que reduziu de 30% para 25% o percentual mínimo da receita líquida do estado destinado à educação, estimados em R$ 11 bilhões anuais. O montante destinado à educação está em 4,4% do PIB. A redução de investimentos à educação estatal faz parte de uma diretriz geral de cortes de recursos de áreas essenciais, como a saúde e educação. Os governos, sejam de direita, ultradireita e pseudo reformistas, são reféns dessa orientação expressa pelos credores da dívida pública. A exigência do capital financeiro de pagamento dos juros da dívida pública, que alcançou o número estratosférico de R$ 8,98 trilhões, impõe aos governantes a adoção de medidas antipopulares e antidemocráticas, a exemplo dos drásticos cortes de recursos à educação.

2. Ao mesmo tempo em que os governantes cortam recursos de setores vitais para a maioria da população despendem bilhões de reais para sustentar a máquina parasitária do Estado. Os gastos exorbitantes do Congresso Nacional vêm chamando a atenção. Gastos estes que passarão de R$ 5,9 bilhões para R$ 6,3 bilhões em 2025, sem dizer da distribuição das bilionárias emendas parlamentares. No caso das despesas de manutenção do poder Judiciário, os gastos são ainda muito maiores. Basta ver os altos salários e os benefícios que recebem a alta cúpula de juízes. No entanto, são esses poderes do Estado que votam os cortes para os serviços essenciais e avalizam somas milionárias de recursos aos parlamentares e juízes.

3. A recente política de corte de recursos à Educação estatal faz parte das contrarreformas, impostas por Temer, Bolsonaro e, agora, por Lula. A aprovação do Novo Ensino Médio, a expansão do ensino a distância para a Educação Básica, o avanço da terceirização e a privatização de escolas fazem parte dos ajustes exigidos pelo capital financeiro aos governos. A imposição da redução da carga horária de disciplinas do currículo é um dos mecanismos para também cortar gastos. Em São Paulo, nos últimos cinco anos, o ensino médio perdeu 35,1% da carga horária das disciplinas da área de humanas (história, geografia, sociologia, filosofia). Somente neste ano, Tarcísio cortou 13 horas dessa área. Apesar de Lula sancionar o Novo Ensino Médio com a recomposição da carga horária das disciplinas da base comum para 2400 horas, como existia antes, o governo de São Paulo além de manter o corte aprofundou a diminuição da áreas de humanas. Isso ocorreu tanto no ensino médio regular quanto no integral, com o agravante de substituir parte da carga horária do período noturno na forma de ensino a distância. Para cortar despesas, Tarcísio iniciou a privatização de 33 escolas e mais de uma centena de gestão escolar. Todas essas medidas nada mais são do que mecanismos para livrar o Estado da responsabilidade de manutenção da educação pública.

4. O Brasil conta com 1.919.265 professores na educação básica, sendo 1.250.795 municipais e 668.470 estaduais. A

grande maioria não recebe o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), que é de R$ 4.867,83, por 40 horas semanais. Em São Paulo, desde 2022, com o "Novo Plano de Carreira, os professores que ingressaram a partir dessa data passaram a receber subsídio em vez de salário. Não estão submetidos à Lei do Piso, intitulada de "valorização do professorado". A situação para os professores se agravou porque desde que foi aprovado o PSPN, as direções sindicais deixaram para trás a luta pela reposição das perdas salariais e passaram a defender o reajuste do Piso Nacional determinado pelo governo federal, agora em 6,27%. Por outro lado, os governos estaduais e municipais, diante da política de cortes de recursos à Educação, têm inclusive se negado a reajustar os salários de acordo com o índice estabelecido. Ou seja, não repõem as volumosas perdas acumuladas e não cumprem a Lei do Piso, que estabeleceu um salário nacional abaixo do salário mínimo estipulado pelo Dieese. O valor do Piso em 2025 é de R$ 4.867,83 por 40 horas semanais e o salário mínimo necessário para manter a família trabalhadora de quatro pessoas foi estimado pelo Dieese em R$ R$ 7.229,32.

5. Todos os anos, o professorado tem de recorrer à luta para exigir o reajuste salarial. Trata-se de uma categoria sem data-base. Estabeleceu-se que o início do ano letivo tem de ser também o início das campanhas salariais. Desde a instituição da Lei do Piso, as campanhas salariais nos estados e municípios se transformaram em luta pelo pagamento do reajuste determinado para a correção do valor do Piso Nacional. As direções sindicais, por sua vez, transformaram as campanhas salariais em movimento para exigir o reajuste do Piso. Nesse ano, a reivindicação de 6,27% passou a ser o carro chefe, que comparece como reajuste imediato e rejeição ao parcelamento e na forma de abono.

6. Como as condições são extremamente precárias e os governantes se negam a atender às reivindicações, o professorado desde o início do ano tem se manifestado favorável à greve e às manifestações de rua. Em quase todos os estados, ocorreram mobilizações contra as medidas governamentais de corte de recursos à educação, fechamento de salas e turnos nas escolas, desemprego, subemprego, avanço do ensino a distância e exigência da correção salarial. A greve dos professores do Pará se tornou uma referência ao conjunto do magistério, porque contou com a ocupação da Secretaria da Educação pelos indígenas, que se rebelaram contra a substituição das aulas presenciais pelo ensino a distância em locais de difícil acesso como as aldeias indígenas. A greve dos professores do Pará que exige o reajuste de 6,27% de forma linear, para todos os trabalhadores da educação, que inclui os aposentados. A greve dos professores municipais de Niterói, Rio de Janeiro, contra as mudanças no atendimento das crianças nas creches e ensino infantil, aumentando o número de crianças por professor, e contra o fechamento de salas de EJA. Esse movimento atingiu a rede estadual e outros municípios do estado, que fizeram uma manifestação unificada para exigir de Cláudio Castro e Eduardo Paes o reajuste, conforme determina a Lei do Piso, o fim do fechamento de salas e revogação das medidas que implicam a precarização das condições de ensino e trabalho. No Rio Grande do Norte, os professores foram à greve, reivindicando o pagamento integral do valor do Piso. A governadora petista, Fátima Bezerra, tem se negado a corrigir os salários e a pagar os retroativos de anos anteriores. É o caso também de São Paulo. Tarcísio e Nunes têm feito o maior desmonte da educação pública. O fechamento de salas e turnos, o desemprego de milhares de professores contratados, o uso das plataformas digitais, o avanço de formas empresariais de avaliação dos professores, a expulsão dos estudantes-trabalhadores com a expansão do ensino integral, a retirada de conquistas do magistério, as terceirizações e privatizações fazem parte do plano geral de corte de recursos à educação e desresponsabilização do Estado para com a educação pública.

7. O abandono da luta pela reposição salarial, ou fazer disso apenas palavreado para a campanha salarial, tem causado perdas enormes no poder de compra dos salários do magistério. O caso da rede estadual em São Paulo é assombroso para o estado mais rico da federação que paga um dos salários mais baixos do país. O salário-base do professor do ensino fundamental I (PEB I), hoje, é de R$ 2.603,70; e do PEB II, R$3.014,12. Tarcísio ainda não reajustou os salários para cumprir a Lei do Piso. No ano passado, seguiu a orientação de outros governantes de conceder na forma de abono, não incorporado aos salários para os cálculos das aposentadorias. Se se levar em conta as perdas salariais de 2016 a 2025, é preciso um reajuste de 87%. E para equiparar aos salários dos profissionais com ensino superior, a reposição teria de ser de 40,2%. Está aí por que não se pode transformar a campanha salarial em movimento de pressão para que Tarcísio corrija os salários em 6,27%.

8. O descontentamento dos professores municipais e estaduais de São Paulo é muito grande, apesar dos municipais possuírem um salário-base superior ao dos estaduais. As assembleias de 18 de março dos municipais e 21 de março dos estaduais contaram com milhares de professores. No entanto, as direções sindicais continuam insistindo na divisão e nas paralisações corporativas. As direções do Sinpeem, juntamente com o Sinesp e Sedin, manobraram em torno de um calendário de mobilizações/paralisações regionais e uma nova assembleia no dia 30 de abril. A direção da Apeoesp e correntes aliadas se colocaram contra o início imediato da greve. Propuseram também um calendário de manifestações locais e uma assembleia no dia 25 de abril. O que significou o desmonte do movimento pela greve imediata. Apesar do descontentamento generalizado do professorado, a maioria acabou se colocando em favor da posição das burocracias sindicais. É evidente que contou para isso o controle burocrático no carro de som e as inúmeras intervenções em favor dos calendários de mobilização. Chamou a atenção, também, a não defesa da greve imediata na assembleia do Sinpeem e a confusão armada em torno às propostas de paralisação nos dias 27 e 30, que compareceram como sendo uma questão de três dias, quando na realidade se tratava de 27 de março e 30 de abril. A Corrente Proletária foi impedida de falar na assembleia, acabou se posicionando em favor do início da greve após as votações. Na assembleia dos professores estaduais, que foi precedida pela reunião do Conselho Estadual, compareceram três propostas: 1) a da burocracia e aliados do PSOL de um calendário de mobilização e nova assembleia no dia 25 de abril; 2) a das correntes PCO, CST e MRT de um outro calendário de mobilização e assembleia 11 de abril; 3) a da Corrente

Proletária/POR, PSTU e outros agrupamentos favoráveis ao início imediato da greve. A manobra consistiu em primeiro votar a greve. Assim todos votaram pela greve, quando na realidade os proponentes dos calendários eram contrários à greve. Com isso, a direção da Apeoesp conseguiu aprovar seu calendário de não-greve. É importante ressaltar que a luta dos professores continuará dividida entre municipais e estaduais. O que favorece Tarcísio e Nunes em não atender as reivindicações e continuar impondo medidas contrárias à educação pública e à militarização das escolas, com a implantação do projeto bolsonarista das escolas cívico-militares.

9. É fundamental compreender o que se passa no movimento sindical, diante das duras medidas dos governos contra a educação pública e as condições de ensino e trabalho. Os governos - federal, estaduais e municipais - vêm descarregando o peso da crise econômica sobre as costas dos trabalhadores. Sob pressão das bases descontentes e desesperadas com a perda de emprego, salário e direitos, as direções sindicais recorrem às greves e paralisações. No entanto, rejeitam unificar as lutas e transformar as greves locais em nacionais. Nesse início de ano, a situação indicava a necessidade de uma greve geral dos trabalhadores da educação, mas não houve por parte da CNTE a disposição por unificar os movimentos que despontavam nos estados e municípios. Ao contrário, se limitou a apresentar um suposto calendário de mobilização, que se encerra no final de abril. Como se vê, trata-se de uma Confederação Nacional que há muito está morta para as lutas dos trabalhadores. Por outro lado, vários sindicatos são dirigidos pelo PT e aliados, que não ousam levantar um movimento nacional de trabalhadores da educação contra os governantes, porque certamente poderá atingir o governo Lula. A sustentação da governabilidade de Lula para os burocratas petistas comparece acobertada pelo discurso da defesa da democracia contra o fascismo, agora, pela bandeira de "Não anistia a Bolsonaro e aos golpistas".

10. Na realidade, tem ocorrido um retrocesso político por parte dos trabalhadores. A contenção das lutas só vem contribuindo para esse retrocesso. O que tem permitido aos governantes imporem os violentos ataques aos salários, aos empregos e aos direitos trabalhistas. A não revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro –trabalhista, previdenciária, terceirização e o Novo Ensino Médio – e adoção de um outro pacote antipopular pelo governo Lula; a continuidade do projeto bolsonarista das escolas cívico-militares, o avanço do ensino a distância, a privatização de escolas e a manutenção do brutal arrocho salarial; o não cumprimento do reajuste do Piso Nacional por parte de quase todos os governadores e prefeitos só ocorrem porque não enfrentam a resistência dos trabalhadores. As direções sindicais agem para conter o descontentamento, ao invés de transformá-lo em luta aberta em favor das reivindicações e dos métodos próprios dos trabalhadores. A substituição dos métodos da ação direta - greves, ocupações, manifestações de rua - pela via parlamentar e judicial tem se generalizado entre as burocracias sindicais. O que tem causado o descrédito de uma parcela de trabalhadores para com o sindicato. Parcela essa que confunde direção com o sindicato.

11. Essa situação obriga a vanguarda com consciência de classe a trabalhar insistentemente pela penetração das ideias classistas e revolucionárias junto aos trabalhadores. A defesa da independência de classe diante dos governos e de suas instituições do Estado é de fundamental importância para a recuperação dos sindicatos para a defesa das reivindicações vitais dos explorados. A Corrente Proletária/POR tem feito um trabalho junto às escolas, às reuniões de Representantes de Escolas, ao Conselho Estadual do Sinpeem e Apeoesp e nas assembleias em torno ao programa de defesa de um sistema único de educação, público, voltado à produção social. O que implica o combate ao ensino privado e às medidas privatizantes impostas pelos governantes. A estatização da educação, sob o controle de quem estuda e trabalha, é uma luta que se choca diretamente com os interesses do capital e de seus governos. Trata-se, no entanto, de uma reivindicação democrática que faz parte do programa da revolução social.

Formação

Curso de Formação Política

33 anos de liquidação da URSS e a crise mundial do capitalismo

No dia 16 de março, ocorreu o curso de formação política em São Paulo. O estudo se baseou nas formulações do partido sobre os 33 aos de liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no artigo de Lênin em relação à constituição da URSS e no documento aprovado na V Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre a situação mundial.

Mostrou-se que se trata de uma formação marxista mensal permanente e que nesses trinta anos foram feitos estudos sobre o materialismo histórico, as revoluções burguesas e as revoluções proletárias, os documentos das Internacionais, a teoria do partido, a opressão social, as guerras de dominação – Ucrânia e Faixa de Gaza, os conflitos no Oriente Médio, a história do Brasil, a dinâmica das classes sociais brasileiras, o lugar do proletariado na luta de classes, o trotskismo em nosso país, entre outros. Nessa introdução, assinalou-se a regressão histórica das conquistas revolucionárias sofrida no processo de restauração capitalista, liquidação da URSS e com a crise de direção.

O estudo de hoje vem no sentido de compreender a crise mundial do capitalismo e os efeitos danosos da liquidação de uma das mais importantes conquistas do proletariado, que foi a constituição da URSS. Utilizaremos o método da divisão em grupos, exposição das conclusões dos grupos, considerações gerais sobre o estudo e, finalmente, as atividades práticas que serão desenvolvidas pelo POR nas próximas semanas, junto à classe operária e às assembleias de professores.

As principais conclusões do curso: 1) diagnóstico e prognóstico de Trotsky de defesa das conquistas da Revolução de Outubro de

1917 diante da burocratização do Estado operário. O que implicava a expulsão da burocracia estalinista do controle do Estado por meio da revolução política; 2) que o Estado operário correspondia a transição do capitalismo ao socialismo e que a dissolução da URSS significou a interrupção dessa transição; 3) a Revolução Russa iniciou a transição para o socialismo, mas sua vitória definitiva dependia do avanço para outros países, portanto da luta pelo internacionalismo proletário. A revolução social inicia em um país e se projeta em nível mundial. Na sua forma é nacional, mas seu conteúdo é internacional; 4) Stalin ao impor o socialismo em um só país se opôs à tese fundamental do marxismo-leninismo do internacionalismo; 5) crítica de Lênin ao documento de Stalin que previa "incorporar" as nacionalidades que faziam parte do antigo império russo. Fez a defesa da autodeterminação das nações e sua adesão voluntária à URSS; 6) centralismo burocrático de Stalin (com a incorporação) pelo fato da Rússia ser o país mais forte perante as nações mais débeis; 7) o conceito de termidor, tomado da revolução francesa, para o período da reação às conquistas da Revolução Russa; 8) a derrocada da URSS como expressão da crise de direção; 9) o esgotamento da ordem mundial estabelecida após a Segunda Guerra; 10) a sobreposição do poderio bélico sobre o econômico; 11) a imposição de Trump de uma paz saqueadora e anexadora; 12) a defesa da paz sem anexação, um fundamento programático do marxismo-leninismo-trotskismo.

Concluída a discussão em plenário, os presentes deram um Viva ao curso de formação marxista-leninista-trotskista do POR.

Nesta edição:

Homenagens à Miguel Lora;
Palestina: - Manifesto do POR - Estado sionista de Israel volta ao terror de Estado e à carnificina; - Manifestação pró-Palestina na PUC-SP; - Adolescente brasileiro é morto por Israel em campo de tortura; - Ato pelo fim dos bombardeios e contra a ocupação sionista da Palestina em São Paulo;
Argentina: Que se vão todos! E não fique nenhum!; Discurso de Macron para justificar maior armamentismo;
Chile: A hipocrisia conciliatória do presidente (...);
Bolívia: Congresso Mineiro se distancia do Masismo;
Sachs: "a Rússia não vai invadir a Europa";
Formulações de Lênin sobre a paz sem anexação;
33 anos da dissolução da URSS.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Reconhecimento das contribuições de Miguel Lora à edificação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e a luta pelo internacionalismo proletário

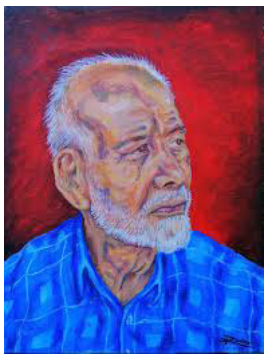
Comunicado do Comitê Central do POR boliviano - 26 de março de 2025

Nosso camarada faleceu Prof. Miguel Lora Ortuño

(1948-2025)

Um furtivo e fulminante câncer levou nosso camarada Miguel, membro do Comitê Central do Partido.

Um quadro revolucionário da linhagem de seus irmãos e camaradas César e Guillermo. Um militante de ferro, de convicção revolucionária inabalável, como só o POR pode produzir.



Um homem cuja vida era sinônimo de dignidade, coerência e compromisso inabalável com a causa revolucionária. Como dirigente sindical dos professores, lutou incansavelmente na defesa dos interesses de seu sindicato e dos explorados contra os governos da ditadura burguesa, dando exemplo de honestidade, dignidade e coragem na luta sindical.

Criador da Frente URMA, expressão do POR dentro do sindicato nacional dos professores, incutiu em seus militantes, com seu exemplo, os princípios da mais rígida honestidade na gestão sindical e total consequência e coragem na luta.

Miguel, junto com José Luís Álvarez e Telmo Roman, em outubro-novembro de 1989, no governo de Paz Zamora, protagonizou a greve de fome inflexível (apenas água) que durou 24 dias, colocando os grevistas à beira da morte. Uma verdadeira greve de fome que encurralou o governo, conseguindo promover a poderosa mobilização dos professores que saíram às ruas exigindo o bônus de compensação; uma mobilização que rapidamente se generalizou e à qual o governo respondeu declarando o estado de sítio com a prisão dos grevistas.

"Aquele que usa o jejum voluntário diz: Eu coloco minha vida em um prato da balança para que esta ou aquela reivindicação possa ser concedida a mim. Isso significa que tem de realmente jejuar e, se necessário, morrer. Esta é a grande lição que demos à consciência boliviana e internacional" (De: "A greve de fome e a mobilização popular", Miguel Lora O.)

Essa foi a índole do nosso camarada, um lutador revolucionário.

Nós que permanecemos assumimos o compromisso de continuar seu legado. Sua vida é a história de um camarada professor que jamais se entregou, um dirigente que nunca traiu seus princípios e um professor revolucionário que ensinou que educação e luta de classes são inseparáveis.

Com o POR, ao socialismo

XXVII CONGRESSO ORDINÁRIO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO URBANA DA BOLÍVIA
HOMENAGEM AO PROF. MIGUEL LORA ORTUÑO NA CERIMÔNIA DE ABERTURA

Vida e obra do professor Miguel Lora Ortuño

Companheiras e companheiros, camaradas de luta e ideais:

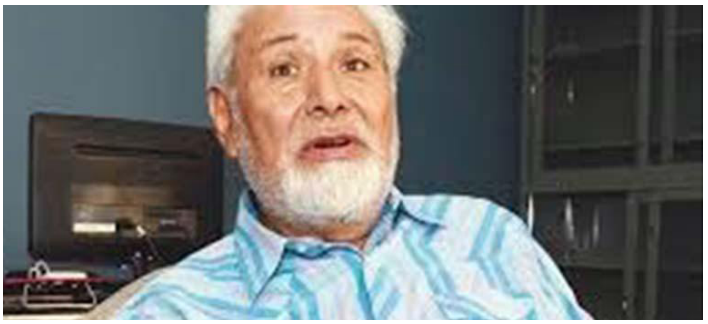
Hoje nos reunimos para homenagear um homem cuja vida foi sinônimo de dignidade, coerência e compromisso inabalável com a causa revolucionária. Um professor que educou com convicção, um dirigente que lutou incansavelmente, um revolucionário que jamais claudicou. Refiro-me ao professor Miguel Lora Ortuño.

Ele nasceu em 19 de agosto de 1947 na emblemática cidade mineira de Llallagua, Potosí, berço da resistência operária e das mais férreas lutas sindicais da Bolívia. Filho de Enrique Lora e Eugenia Ortuño de Lora. Cresceu em um lar onde a consciência de classe não era apenas um princípio, mas um modo de vida. Foi e é um pilar para sua família, junto com sua esposa e companheira de luta, a professora Norma Barrón de Lora, com quem forjou um lar de valores e compromisso revolucionário, guiando seus filhos Miguel, Cinthia, Carlos e Mily com o mesmo espírito de luta que marcou sua existência.

Desde a adolescência, foi profundamente influenciado pelo movimento operário mineiro e participou ativamente do movimento estudantil secundarista, ocupando cargos de direção na Confederação de Estudantes Secundaristas da Bolívia. Foi um dos organizadores do Centro Cultural Máximo Gorki no distrito mineiro de Siglo XX, um espaço de formação política e resistência. Além disso, sua trajetória foi marcada pela influência de seus irmãos Guillermo Lora Escobar, César Lora Escobar e Filemón Escobar, que desempenharam um papel fundamental na história política do país e na consolidação do Partido Operário Revolucionário (POR).

Desde muito jovem, o Prof. Miguel Lora Ortuño entendeu que a educação deveria ser mais do que a simples transmissão de conhecimentos: deveria se tornar uma arma de transformação social. Entre 1966 e 1969, formou-se na Escola Normal Simón Bolívar de La Paz, graduando-se como professor de Filosofia, Psicologia e Letras. Seu compromisso com a educação transcendeu a sala de aula, pois entendeu que a escola deveria ser um espaço de luta, onde a consciência crítica fosse forjada com a mesma intensidade com que se combate nas ruas.

Convencido da necessidade de um sindicalismo combativo, fundou a União Revolucionária dos Professores (URMA) em La Paz, uma organização que, sob os princípios do trotskismo, assinalou um marco na história dos professores urbanos em La Paz. Seu ativismo o levou a ser protagonista de inúmeras greves e mobilizações, enfrentando corajosamente a repressão estatal. Foi encarcerado em várias ocasiões, mas nem as celas nem a perseguição política conseguiram quebrar seu espírito de luta. Da prisão, continuou organizando e escrevendo, convencido de que a revolução não podia ser interrompida por um único instante.



Sua liderança o levou a Cochabamba, onde assumiu a direção da Federação de Professores Urbanos, liderando importantes batalhas em defesa da educação pública e dos direitos dos professores. Sua oratória inflamada, sua clareza ideológica e sua capacidade organizacional fizeram dele uma referência indiscutível do sindicalismo revolucionário na Bolívia.

Mas Miguel Lora Ortuño não foi apenas um dirigente sindical: foi um formador de consciência, um construtor de organização e um estrategista da luta de classes. Entendeu que o protesto tinha que ser complementado pela teoria, que a indignação tinha de ser transformada em organização e que a educação tinha de ser um instrumento de emancipação para o povo.

Em novembro de 2014, após décadas de luta sindical, tomou a decisão de se afastar da direção sindical para se dedicar totalmente à construção política dentro do Partido Operário Revolucionário. Desde esse lugar, trabalhou incansavelmente na sistematização de suas ideias e no fortalecimento do desenvolvimento teórico do movimento revolucionário, com o mesmo ímpeto e convicção que marcaram toda a sua trajetória.

Camaradas, hoje não apenas honramos a memória do professor Miguel Lora Ortuño, mas assumimos o compromisso de continuar seu legado. Sua vida é a história de um professor que jamais se rendeu, de um dirigente que nunca traiu seus princípios e de um revolucionário que nos ensinou que educação e luta de classes são inseparáveis.

Saudações e honras ao Prof. Miguel Lora Ortuño!

Que o seu exemplo ilumine o caminho das futuras gerações de professores e lutadores sociais!

Viva o sindicalismo revolucionário!

Viva a educação a serviço do povo!

Manifestação da seção Argentina do CERQUI

"Acaba de falecer o camarada Miguel Lora. Um forte abraço para todos os camaradas e para sua família. Uma perda extraordinária para a classe operária internacional.

Glória Eterna ao camarada Miguel Lora"

Ramon Basco

Manifestação da seção brasileira do CERQUI

"Sentimos a perda do camarada Miguel. Fará falta à luta da classe operária por sua emancipação e de todos os oprimidos!

Memória Eterna do camarada Miguel Lora"

Atílio de Castro

Manifestação da seção chilena do CERQUI

Em homenagem, o camarada chileno enviou a intervenção de Miguel Lora por ocasião do 80 anos de existência do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, realizada em um ato em La Paz.

Observação: no próximo Jornal Massas publicaremos o documento.

Brasil

Docentes Universitários manifestam seu pesar pela morte de Miguel Lora

Após tomar conhecimento da morte do camarada Miguel Lora, a Corrente Proletária na Educação, divulgou nas redes sociais a seguinte mensagem, acompanhada da divulgação realizada pelo Partido Operário Revolucionário do Brasil. Divulgamos principalmente nos espaços em que estamos construindo a Chapa 3 para a eleição do ANDES-SN.

"Nós da Corrente Proletária na Educação (POR) lamentamos a perda de um grande camarada nosso, Miguel Lora, dirigente do movimento docente boliviano, muito ativo na luta de classes do país, inclusive nas Guerras do Gás e Guerra da água, contra a entrega das riquezas nacionais. Miguel era irmão de Guillermo e César. César Lora é considerado um mártir da classe operária boliviana, os mineiros estampam seu rosto em seus capacetes, foi assassinado em 1965 a mando da Junta Militar do regime ditatorial. Guillermo faleceu em 2009, depois de uma vida toda dedicada à revolução, deixando sua marca na luta de classes latino-americana. Ontem, 26 de março, perdemos Miguel Lora, mas sua obra seguirá viva nas lutas em defesa da Educação, contra os ataques dos governos e pelo socialismo. Miguel Lora, presente!"

Vários docentes, de diferentes organizações políticas (PSTU, ART, PSOL) manifestaram seu pesar e condolências, ressaltamos algumas mensagens:

"Exemplo de uma vida valiosa! Meus sentimentos". "Camarada Miguel Lora, presente! Até o socialismo!". "Meus pêsames aos familiares deste homem de lutas". "Registro nosso pesar pela perda do camarada do POR. Certamente as memórias de suas lutas com a classe trabalhadora seguirão vivas". "Fica seu legado de luta. Miguel Lora presente!" "Que a memória do camarada Lora seja uma benção e uma revolução". "Em luta pelo socialismo, Miguel Lora presente!!!".

Saudamos as manifestações de pesar e reconhecimento e reafirmamos que Miguel Lora seguirá vivo em nossa construção internacionalista. Continuaremos sua obra revolucionária!

A quebra do acordo do cessar-fogo da parte do Estado de Israel exige a retomada do movimento mundial contra o genocídio do povo palestino e a anexação da Faixa de Gaza. Abaixo publicamos o Manifesto do POR como parte da campanha

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Estado sionista de Israel volta ao terror de Estado e à carnificina

Reerguer o movimento mundial pelo fim do genocídio e pelo direito do povo palestino à autoderminação

Derrotar o plano dos Estados Unidos de liquidar a resistência do Hamas, de expulsar os palestinos e de anexar a Faixa de Gaza

Na primeira fase do cessar-fogo, Netanyahu esteve perto de não cumprir o acordo. Mas, precisava mostrar aos familiares e à população israelense que estava se esforçando em libertar os reféns vivos e reaver os restos mortais dos que não sobreviveram ao cativeiro. Deixou claro, porém, que as Forças Armadas de Segurança de Israel não recuariam em toda a parte do território ocupado. E não desistiria do objetivo de destruir o Hamas.

Apesar dessa transparência, chegou-se a considerar o acordo ditado pelos Estados Unidos como uma vitória ou semi-vitória do Hamas. O acordo em si não garantia o seu cumprimento da parte do Estado sionista. Netanyahu concordou em aceitar seus termos sabendo que poderia rasgá-los a qualquer momento, enquanto o Hamas e as demais organizações da resistência teriam de cumpri-los à risca.

Trump manobrou com o acordo das três fases nas condições em que o governo de Bashar al-Assad caia na Síria e diminuía a capacidade do Hezbollah no Líbano. Por outro lado, o Irã caminhava para o isolamento e o Iêmen não poderia ir além dos ataques pontuais no Mar Vermelho. Nem bem se pôs em andamento o "acordo", Trump anunciou a intenção do imperialismo remover parte significativa da população da Faixa de Gaza, esmagada pelos bombardeios e exaurida nos acampamentos de concentração, para

outro países e, assim, concluir a anexação, que sempre esteve na base da guerra sionista contra o povo palestino.

A reação dos países árabes foi a de assumir um plano de reconstrução da Faixa de Gaza. Apresentaram um cálculo de US$ 53 bilhões. Foram claros, porém, que tomariam parte de uma intervenção sem se colocarem pela expulsão das forças militares israelenses e pelo fim de qualquer interferência do imperialismo norte-americano.

Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Egito servem aos interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. Suas feudais-burguesias capitularam diante do objetivo expansionista e anexionista do Estado sionista de Israel, puxados pelos Estados Unidos. E alimentaram as divisões e conflitos na região, valendo-se dos resultados das guerras de intervenção norte-americana no Iraque e na Síria, e, assim, alimentando a polarização com o Irã.

Os árabes sediaram o "acordo" forjado no final do governo Biden e no início do governo Trump. Serviram de serviçais a uma manobra montada pelos Estados Unidos, que foram historicamente os principais responsáveis pela criação forçada do Estado sionista, pela sucessão de guerras e pelo fortalecimento da estratégia expansionista da burguesia judia-israelense.

O maior dos crimes está em que a Autoridade Palestina da Cisjordânia (AP) tem sido conivente e servido de sabuja dos Estados Unidos. Todos sabiam que o "acordo" do cessar-fogo em três fases apenas serviria de promoção ao governo fascistizante de Trump.

O maior dos problemas se encontra no desmonte do movimento mundial das massas de condenação ao genocídio e pela expulsão das forças sionistas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. É preciso reerguê-lo como frente única anti-imperialista em defesa da nação oprimida e contra as ofensivas econômicas e militares das potências que resultam em anexações. É necessário levar a sério a disposição de Trump de ocupar a Groelândia e o canal do Panamá, bem como transformar o Canadá em mais um dos estados que compõem os Estados Unidos. Levar a sério a paz anexadora e saqueadora na guerra da Ucrânia.

A retomada dos bombardeios na Faixa de Gaza, em poucos dias, deixaram mais de 500 mortos. A carnificina se retrata na aproximação de 50 mil mortos. Não importa se são civis, crianças, mães e velhos. O objetivo dos sionistas e da burguesia imperialista é o de acabar com qualquer controle territorial pelos palestinos. Não pode restar nem mesmo ilusões na possibilidade de um Estado palestino.

A barbárie que se ergue na Faixa de Gaza é uma expressão em miniatura do que está por vir com a ofensiva dos Estados Unidos para manter sua hegemonia e com o rearmamento da Europa a pretexto da defesa contra o expansionismo russo.

Trump prepara o terreno para a confrontação com a China. Essa marcha está à vista. A retomada dos bombardeios ao Iêmen, de fato, aponta as armas ao Irã. Nenhum acordo de pacificação pode vir do imperialismo em geral, e, em particular, dos Estados Unidos.

A luta contra as guerras de anexações e pela autodeterminação das nações oprimidas está no centro da decomposição mundial do capitalismo, que potencia e impulsiona a escada bélica, a maior após o fim da Segunda Guerra Mundial. É sintomático que os próprios porta-vozes do grande capital mencionam os perigos de uma terceira guerra. Assistimos ao ímpeto do armamento nuclear, claramente expresso pela França e Inglaterra. O bilionário orçamento militar aprovado pela União Europeia dá a perfeita dimensão dos perigos que corre a humanidade.

É nesse terreno que Israel retoma os ataques destrutivos e mortíferos contra os palestinos que resistem heroicamente aos invasores.

Trump procura sufocar as universidades norte-americanas em que se realizaram manifestações contra o genocídio. Acaba de desfechar ataques a lideranças e críticos do governo Netanyahu. Vale-se da farsa sionista de autodefesa diante do antissemitismo. Prendeu e está prestes a expulsar dos Estados Unidos o ex-aluno palestino da Universidade Columbia, Mahmoud Kalil e o estudante indiano Badar Kahn, da Universidade Georgetown. Trump teme a retomada da luta estudantil pró-palestinos e pelo fim da intervenção militar.

Judeus antissionistas se manifestaram na entrada do edifício Trump Tower pela libertação de Mahmoud Khalil. É importante que judeus e palestinos se unam pelo fim imediato da guerra de dominação e pelo direito à autodeterminação da nação oprimida. Esse é o caminho, inclusive, para combater a direita antissemita, que evidentemente continua existindo.

Trabalhadores e juventude oprimida, a retomada dos bombardeios e a invasão das áreas desocupadas na primeira fase do acordo devem ser condenadas e combatidas reorganizando a luta nas ruas. Estamos diante da necessidade premente de reerguer e erguer novos comitês de frente única anti-imperialista pelo fim do genocídio, contra as anexações e pelo direito à autodeterminação da nação oprimida.

Lutadores da causa palestina, vamos exigir que os sindicatos sejam postos a serviço dos oprimidos contra os seus opressores. Para isso, os comitês têm de ir para as portas das fábricas, mobilizar a juventude e realizar uma campanha unificada de todas as organizações que servem à luta dos explorados. Todas as correntes que se reivindicam do socialismo e direções sindicais devem se colocar pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações para unir em um só movimento as reivindicações dos explorados brasileiros com as bandeiras do internacionalismo proletário pelo fim das guerras e pela paz sem anexações.

Manifestação pró-Palestina na PUC-SP

Aconteceu no dia 26 de março uma manifestação na PUC-SP em defesa da Palestina, contra a perseguição política que estudantes e professores veem sofrendo nesta e em outras universidades e contra as pichações arabofóbicas que foram encontradas nos banheiros da universidade. As pichações diziam: "Hora de limpar o RI (referência ao curso de Relações Internacionais); PUC não é pra Árabe; A PUC é nossa a reitoria é nossa", acompanhadas de desenhos da estrela de Davi, em referência a bandeira de Israel. Os professores falsamente acusados de antissemitismo foram o Reginaldo Nasser e o Bruno Huberman.

A Fundação São Paulo, mantenedora da PUC, abriu sindicância e declarou em fevereiro que não havia encontrado motivos para medidas disciplinares. No entanto permanece em silêncio em relação às diversas manifestações do sionismo na universidade, atacando os Árabes e apoiadores da causa palestina.

Convocada por uma frente de estudantes da USP e PUC, a manifestação foi importante diante da necessidade de responder ao sionismo à altura. Trata-se de um reflexo da ampla campanha ideológica da burguesia brasileira e mundial, através da grande mídia, em condenar os palestinos e apoiar o genocídio pra-

ticado por Israel. O ato contou com número maior antes das aulas começarem, quando deu o horário e os professores foram para as salas a manifestação esvaziou. Mostrando assim que, de maneira geral, os professores e estudantes não estão dando o devido valor para o problema do massacre na Faixa de Gaza, nem para as perseguições e ataques políticos que acontecem no interior da própria universidade. Essa atitude passiva de apoio aos palestinos indica a necessidade de superar a crise de direção, que é mundial.

A fraqueza da resposta política ao genocídio, no Brasil, é reflexo do refluxo internacional que o movimento de massa sofreu desde as grandes manifestações que ocorreram nos primeiros meses depois de outubro de 2023. O movimento estudantil internacional, que havia se insurgido com ocupações de universidades em diversos países, inclusive nos EUA, também refluiu como consequência direta da perseguição sionista e dos governos, a exemplo do governo Trump, que está perseguindo os líderes desse movimento, principalmente aqueles de origem árabe, como o estudante palestino Mahmoud Khalil, ativista e ex-aluno da Universidade Columbia, detido pelo ICE (Immigration and Customs Enforcement) sob a alegação de que seu visto de estudante havia sido revogado. Mahmoud, porém, não estava nos EUA sob um visto estudantil, mas sim portador de um green card, documento que confere o status de residente permanente legal no país.

A UNE, que eventualmente lança notas de apoio aos palestinos, não participou da manifestação, senão com representações individuais. Não convocou, nem colocou peso para construir esse movimento. É um exemplo do que o POR vem desenvolvendo em seus materiais em relação a ausência das direções políticas na construção de um movimento real, não apenas em palavras. A maior parte das intervenções se concentrou nos ataques internos na universidade. Algumas, no entanto, se limitaram à defesa de que o governo brasileiro rompa as relações com Israel.

A tarefa para o movimento estudantil, sindical e popular é retomar as grandes manifestações de apoio aos palestinos, que na prática só podem contar com duas forças: as suas próprias, em Gaza e na Cisjordânia de armas nas mãos e a força do movimento internacional. Esse movimento, que em 2023 e início de 2024 colocou milhões nas ruas da Europa, Oriente Médio e EUA, foi o embrião de uma frente única anti-imperialista, mas que enfraqueceu vítima da política pacifista das direções.

Adolescente brasileiro é morto por Israel em campo de tortura

O jovem brasileiro-palestino Walid Khaled Abdullah Ahmed, 17 anos, foi morto no infame campo de concentração sionista de Megiddo, onde os métodos de tortura empregados são bastante conhecidos pela comunidade internacional. Walid agora faz parte de uma lista de outros brasileiros que foram mortos desde outubro de 2023, entre eles a bebê de 1 ano, Fátima Abbas, Ali Kamal Abdallah, de 15 anos e Myrna Raef Nasser, de 16 anos, todos em 2024.

Esse acontecimento levou a Federação Árabe-Palestina (FEPAL), entre outras organizações, a dizer que se trata da gota d'água para que Lula rompa as relações com Israel. Na verdade, o copo já transbordou há muito tempo. O governo Lula manobrou sua base ao declarar que as ações do Estado sionista de Israel estavam promovendo um genocídio, fato óbvio para qualquer um que tenha olhos e um pouco de integridade moral e intelectual, mas não moveu uma palha para romper relações diplomáticas, militares e econômicas com os genocidas. Pelo contrário, em outubro de 2024, Lula defendeu seu ministro da Defesa Múcio, quando este criticou a proposta de bloquear compras de blindados de Israel. Essa movimentação de Lula parece ter sido o suficiente para que as direções dos grandes sindicatos e movimentos populares que são base do governo recolherem suas bandeiras e se concentrarem nas manifestações passivas em defesa da Palestina, ou seja, com notas de repúdio, palestras e manifestações virtuais. Os atos de rua, os bloqueios de vias, portos e aeroportos, medidas que pressionariam de fato o governo para um rompimento, ficaram em segundo ou terceiro plano.

Depois de 18 meses de genocídio, com 62 mil palestinos mortos, sendo 22 mil crianças, 13 mil mulheres, ao menos mil assassinadas grávidas, 1.068 profissionais de saúde, 208 jornalistas, mais de 300 trabalhadores humanitários, depois Israel exterminar aproximadamente 11% da população de Gaza (contando as mortes "indiretas"), as súplicas para que o governo Lula rompas as relações segue sendo a linha política principal da maioria das correntes de esquerda. Nas frentes em que o POR intervém temos insistido que isso só poderá ser alcançado com a organização da luta a partir dos sindicatos, centrais sindicais e grandes entidades como a UNE, MST etc.

A morte de Walid, bem como os outros milhares de mortos da sanha anexionista de Israel serão vingados na luta da classe operária e demais explorados contra o imperialismo, financiador e promotor das guerras, dos massacres e de toda sorte de opressão no mundo todo.

Walid e todos os mártires palestinos, presente!

Ato pelo fim dos bombardeios e contra a ocupação sionista da Palestina em São Paulo

Diante da retomada dos bombardeios ao povo palestino por parte do Estado sionista de Israel, o Partido da Causa Operária (PCO) convocou um ato no dia 23 de março, na Praça Oswaldo Cruz. A Frente em Defesa do Povo Palestino de São Paulo já tinha convocado o dia da Terra Palestina, em 29 de março.

O POR tem insistido na unidade do movimento. Nesse sentido, compareceu ao ato de PCO. Distribuiu o Manifesto e atuou na marcha.

Com cerca de 70 pessoas ao longo do ato, a marcha chamou atenção pela defesa do povo palestino e contra o objetivo sionista de destruir o Hamas. Foi importante que a manifestação tenha permitido expressar a denúncia contra a política imperialista de Trump, que quer "ser dono do mundo" e que apoia o genocídio do povo palestino. Foi acertada a crítica ao governo Lula que continua descarregando o peso da crise sobre a maioria oprimida e mantendo relações com o Estado sionista.

O POR considera que os atos isolados incentivam uma divisão, quando é necessário reerguer o movimento de massa. Essa é a orientação do Manifesto distribuído.

No dia 29 de março, ocorrerá o ato convocado pelo Comitê de Defesa da Palestina. O POR participa de sua organização e convocação.

Editorial Massas 476 – Argentina

Que se vão todos! E não fique nenhum!

Preparar desde abaixo a greve geral da CGT de 10 de abril para garantir uma pancada contundente no governo e nas suas políticas, como parte de um plano de luta para impor as reivindicações, ignorar o FMI e a dívida fraudulenta

O tempo de Milei está se esgotando. A resposta à brutal repressão de 12 de março foi uma mobilização nacional massiva no dia 19 em todo o país, enfrentando os dispositivos ditatoriais organizados desde Buenos Aires, com a intervenção das forças repressivas desde cedo, ameaçando e intimidando com mensagens pelo alto-falante nas estações de trem, com prisões e revista de ônibus, kombis, carros; com controle da identidade pessoal nas estações e ruas; com um extenso cerco policial em torno ao Congresso e à Casa Rosada; com a imprensa intimidando e distorcendo o caráter da manifestação. Não conseguiram impedir uma mobilização maior do que a da semana anterior, com maior presença sindical. Destacamos a atitude de identificar os policiais infiltrados, escrachá-los e expulsá-los do local para evitar suas provocações. E a reivindicação massiva de Pablo Grillo, gravemente ferido na quarta-feira anterior.

É uma resposta política ao regime. O centro das reivindicações é "Basta de repressão aos aposentados! vamos defender nossos velhos! contra a repressão violenta todas as quartas-feiras". Assim também foi massiva a mobilização no Dia da Mulher Trabalhadora e a enorme mobilização de 1º de fevereiro convocada pela comunidade LGTBI em resposta às ameaças de Milei.

Mas é também o repúdio à ausência presidencial diante do terrível desastre em Bahía Blanca, regulando socorro, abandonando obras na cidade, e suas declarações de dezembro de 2023 de que "não há dinheiro, que se virem", apresentando-se fantasiado de militar. E também repúdio à fraude com a criptomoeda que tem Milei como figura principal. São suas declarações em Davos. É a imposição de juízes ao Supremo Tribunal sem o acordo do Senado. É a violação da Lei de endividamento para aumentar a dívida com o FMI. Tudo em um mês e meio. É um Milei em que ninguém mais acredita, nas suas mentiras sobre superávit fiscal, contenção da inflação, crescimento em "V" da economia. Enquanto a dívida cresce, as reservas continuam a cair e não conseguem conter o preço do dólar. Seu desespero e incapacidade são mais visíveis. A crise política golpeia seu governo.

O Congresso, servil às necessidades do regime, vota o que lhe é pedido e é absolutamente incapaz de conter o autoritarismo, sua corrupção e decomposição são desnudadas.

A crescente mobilização e a crescente bronca popular forçaram a CGT a marcar uma data para a próxima greve geral, bem como a se mobilizar na quarta-feira, dia 9, com os aposentados. A CGT também convoca a mobilização de 24 de março pela segunda vez. É que a pobreza e a miséria estão crescendo. Continuam fechando postos de trabalho e demitindo trabalhadores. A inflação não para e será reforçada pela desvalorização do peso que está por vir. Não queremos uma greve de mentirinha. Precisamos tomar a greve em nossas mãos, preparando-a desde abaixo, desde cada lugar de trabalho e estudo, desde os bairros, debatendo como derrubar esse regime de ditadura civil, do FMI e das grandes corporações, de saques e entregas, como coordenamos todas as lutas, todas as demandas e como nos preparamos para governar. Não queremos que Milei seja substituído por qualquer variante burguesa que mude a maquiagem do regime, queremos expulsar todos, acabar com a politicagem burguesa, corrupta e entreguista, queremos jogá-los para fora e que não fique nenhum! Para tornar isso possível, temos de jogá-los fora com nossos próprios métodos.

Como vamos impor um governo operário e da maioria oprimida da cidade e do campo? Construir nosso próprio poder a partir de assembleias populares, coordenações, onde a maioria seja representada e possa decidir o futuro da Argentina. A crescente participação popular nas ruas criará as melhores condições para a criação desses organismos da democracia direta, do duplo poder. São os oprimidos que retomarão às suas melhores tradições de organização e de luta. Isso só será possível quando as massas abandonem suas ilusões democráticas, a tutela dos partidos que defendem a ordem capitalista decomposta, quando recuperemos as organizações sindicais para os trabalhadores. A política da classe operária é a unidade da nação oprimida numa frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária, que deverá se tornar politicamente independente. A luta atual permite uma rápida politização dos lutadores e de sua vanguarda que vão experimentando em sua própria carne a traição e a deserção de suas velhas organizações e dirigentes.

(Extraído do Jornal Massas, nº 476, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R$ 40

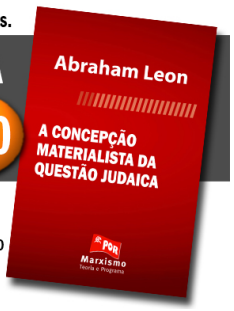
Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

Chile

A hipocrisia conciliatória do presidente é tão patética, que propicia a crueldade do discurso da ultradireita, deixando arrepiados seus próprios apoiadores, inclusive aqueles arrependidos que votaram nele

Em nome deste governo (PC-Frente Ampla), o presidente Gabriel Boric, em cerimônia separada da comemoração geral, celebrou o Dia da Mulher com algumas de suas ministras e apoiadoras, lembrando as conquistas do seu governo. Evidentemente, conquistas que a maioria das mulheres desconhece, milhares das quais se reuniram para protestar contra o assédio e contra o regime patriarcal, denunciando o governo por suas promessas não cumpridas.

O ponto de partida da passeata era a Praça Baquedano, que, para o povo de Santiago e do Chile, é a Praça da Dignidade. A passeata começou às 9h, e até as 12h continuaram chegando as mulheres para se juntarem. Diversas organizações, batucadas e grupos de mulheres das ocupações que reivindicavam a luta por moradia, organizações que nascem todos os dias, somando-se também as representantes da comunidade palestina e ao povo mapuche, que denunciou o desaparecimento de Julia Chuñil desde novembro de 2024, se fizeram presentes.

O presidente do Chile e seus leais ministros alardearam as conquistas deste governo, que milhares de pessoas não viam, e denunciaram que dias antes do Dia da Mulher, Karol Cariola, presidente da Câmara dos Deputados, teve sua casa invadida pela Brigada Anticorrupção da Polícia de Investigações (PDI), um dia depois de ter dado à luz ao seu primeiro filho, cujo pai é outro deputado.

As injustiças causadas pelas leis burguesas ferem. As ações das instituições deste capitalismo corrupto e decadente afetam diretamente as mulheres proletárias e mapuches, estas últimas tiveram de dar à luz amarradas com correntes, expressão dos vexames e opressões que as mulheres oprimidas da nação vivem diariamente, mas, são ignoradas. As ações deste governo conciliador, entretanto, não distingue com clareza da existência da luta de classes, da diferença entre opressores e a maioria oprimida.

A imprensa burguesa divulgou notícias para denegrir a imagem dos manifestantes, acusando-os de ações que perturbariam a ordem pública, por isso os grupos repressivos de carabineiros deveriam agir. É sabido que nessas manifestações de mulheres, quando ocorrem distúrbios, independentemente de quem os provoca, prende-se principalmente os homens. Nessa passeata, isso voltou a se repetir, prendendo-se 13 manifestantes sem revelar seu sexo, mas, entende-se que, quando se fala de manifestantes, refere-se aos homens.

São milhares de mulheres que marcharam em 8 de março, em Santiago do Chile, a maioria delas desiludida e repudiando o governo do PCCH, PS e FRENTE AMPLA. Isto permite que a ultradireita piñeirista e o fascismo de Kast e Kaiser comemorem a demissão de Maya Fernández (PS), neta de Salvador Allende do Ministério da Defesa e de Miguel Crispi, amigo do Sr. Gabriel Boric e chefe dos assessores da presidência no Palácio de la Moneda. O objetivo da ultradireita é demitir Karol Cariola, deputada do PCCH stalinista. Este partido retirou a candidatura a deputado por Santiago de Iraci Hasler, investigada por corrupção.

Todas estas ações contra a classe operária e a nação oprimida mostram que a pequena burguesia se submeteu à classe burguesa – dominante num estado capitalista–, reproduzindo a corrupção que bloqueia as forças produtivas, provoca o desemprego feroz, explora e rouba do mesmo jeito que o operário aos trabalhadores em geral e a toda a nação. Esta é a cruel situação suportada pelos explorados que vivem nas comunidades populares, que os obrigam a criar organizações independentes do Estado opressor. A realidade não lhes permite suportar e submeter-se à política dos opressores burgueses, que por todos os meios tentam manter as condições de miséria e fome dos oprimidos.

À pequena burguesia, não lhe incomoda a política da burguesia, porque privilegia sua luta eleitoral contra todos os trabalhadores, um confronto que deixa feridas ao longo do caminho, como aconteceu com Karol Cariola que foi forçada a renunciar à presidência da Câmara dos Deputados, mas recebe o prêmio do stalinismo de colocá-la como sua representante nas próximas eleições para o Senado. Sua demissão da chefia da câmara baixa serve de pretexto para transformá-la em vítima, o que é usado para acusar a direita de perseguição política, uma falsidade absoluta, pois faz parte da luta eleitoral, evento que a burguesia nacional e imperialista usa para criar um ambiente de falsa democracia. O Partido Comunista chileno usa essa situação para vitimizar Cariola, e buscar o voto dos desiludidos e traídos na eleição para o Senado.

Gabriel Boric tenta esconder as fortes e grotescas declarações emitidas contra ele por Karol Cariola. O cinismo é tamanho que terminam abraçados. O motivo disso é não é dividir seu conglomerado pseudo-esquerdista que governou com a antiga Concertación, hoje Frente Ampla. Todos eles trabalham sem hesitação para manter o capitalismo, onde uma pequena parte dos meios de produção estão nas mãos da burguesia nacional e a maior parte nas do capital financeiro multinacional. Os governos nacionais devem obediência cega para servir a esses poderes econômicos.

É impossível, nestas circunstâncias, sequer pensar em conquistar a liberdade da classe operária e dos trabalhadores em geral. O desemprego os obriga a exercer o comércio de rua, a delinqüência, a prostituição masculina e a prostituição feminina em geral; ou seja, toda a nação é oprimida e esmagada pelo grande capital multinacional, imperialista.

Pelas razões acima, nenhum governo será capaz de tirar o Chile desse atoleiro, porque estamos caminhando lentamente para uma condição colonial. Qualquer governo, mesmo que tenha sido eleito pelo voto popular, repetirá permanentemente que somos uma democracia porque há liberdade de escolha. A realidade é muito diferente. As massas votantes, ao longo do tempo, percebem que tudo o que foi prometido foi uma falsidade, não basta acreditar num pequeno-burguês carreirista que, porque é jovem, será diferente dos velhos políticos de todo o espectro político burguês da esquerda ou da direita. No fundamental, são todos iguais. Os detratores e desiludidos de Gabriel Boric perceberam que ele não é

"feminista e menos inclusivo", ele é apenas um alpinista social que beneficiou a si mesmo, sua família e colaboradores diretos. Todos os outros foram excluídos, ainda com mais razão aqueles que votaram nele. Boric, por seu turno, se voltou para servir seus chefes burgueses. Esta semana viaja para a Índia como fiador de empresários chilenos para que possam fazer negócios com seus pares.

A sociedade capitalista nos oferece apenas fome e miséria. Enquanto os meios de produção estiverem sob seu domínio, quando nos chamarem para ir a votar em fulano de tal, com a isca das eleições, responderemos com o voto nulo. E não só isso. Devemos nos organizar num partido político da classe operária, com um programa revolucionário cujo objetivo é destruir o capitalismo e criar uma sociedade socialista, dirigida pela classe revolucionária e por todos os oprimidos. É dessa forma que enfrentaremos as variantes pequeno-burguesas, como o estalinismo reacionário, corrupto e decadente, que tentará girar para trás a roda da história, ainda que temporariamente. Não podemos correr o risco de atrasarem nosso propósito de emancipação e avanço da humanidade. Reconstruamos a Quarta Internacional e suas Seções Nacionais, Partidos Operários Revolucionários em todas as nações do mundo.

(Extraído do Jornal Luta Operária, março de 2025, do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)

33º CONGRESSO ORDINÁRIO DA FEDERAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES MINEIROS DA BOLÍVIA (FSTMB) - TUPIZA, MARÇO 2025

Congresso Mineiro se distancia do Masismo

O XXXIII Congresso da FSTMB foi marcado pela rebelião dos trabalhadores de base contra a continuísmo de mais de 9 anos da burocracia do Comitê Executivo da FSTMB e da COB. É um passo importante em direção à ruptura do movimento mineiro com o MAS em agonia, percebido pelas bases mineiras como o fim do seu ciclo político.

A ideia de uma necessária independência sindical dos governos de turno ganha força nos distritos mineiros.

O governo, por muitos meses, preparou o Congresso para controlá-lo. Ex-dirigentes do MAS percorreram o país para comprometer os sindicatos de base. Huarachi e Quispe não pouparam esforços para garantir que o Congresso culminasse na eleição de uma direção alinhada ao governo do MAS. A tese oficialista, apresentada pelo sindicato Huanuni, propôs, em síntese, a defesa da continuidade do Processo de Mudança e um apelo à unidade para enfrentar a direita nas próximas eleições.

O Congresso começou formando sem problemas a mesa, o que fez parecer que o governo tinha tudo amarrado para a aprovação de sua tese política e a eleição de um novo executivo servil ao governo.

A discussão na Comissão Política limitou-se a apelos abstratos à unidade entre o estatal e o privado, sem ataques diretos à gestão governamental de Arce. A proximidade das eleições presidenciais parecia forçar os oradores a moderar suas críticas ao governo. Os membros do MAS difundiram o boato de que a divisão do movimento mineiro permitiria a vitória eleitoral da direita. No entanto, o MAS, muito enfraquecido aos olhos dos trabalhadores, também não defendeu abertamente seu governo, e menos ainda se atreveram a propor apoio a uma candidatura eleitoral Arcista ou Evista.

Por outro lado, as comissões mais concorridas foram as comissões orgânicas e sociais. A partir delas, os mineiros canalizaram sua bronca contra a burocracia sindical, resolvendo denunciar Juan Carlos Huarachi (COB), Gonzalo Quispe (FSTMB) e outros membros da FSTMB e COB ao Comitê Disciplinar para julgá-los por seu continuísmo. Além disso, resolveram exigir a convocação imediata do Congresso Ordinário da COB.

Na comissão social, o governo foi denunciado por usar os fundos da Administradora Pública, que pertence aos trabalhadores, para cobrir despesas governamentais. Também exigiram a revogação da Lei 466 das Empresas Públicas e a anulação dos contratos de lítio com empresas chinesas e russas.

Foi na sessão plenária final quando o governo perdeu o controle do Congresso. Na votação, a tese oficial de Huanuni foi derrotada, e em seu lugar foi aprovada a tese apresentada pelos delegados das empresas privadas Capacirca, Manquiri e San Vicente, que critica ao MAS, apela à luta contra o neoliberalismo, pela nacionalização e industrialização de nossos recursos naturais, respeitar a independência sindical "diante dos governos neoliberais", entre outras demandas, e volta à defesa eleitoreira de se criar um Partido dos Trabalhadores (PT), "para não desperdiçar o voto" em futuras eleições. Na eleição da executiva, o candidato oficial Peredo foi superado por Andrés Paye, mineiro de Manquiri. Esta nova direção não é incondicional ao governo como foi a anterior, mas também não é uma direção revolucionária. Infelizmente, a tendência das atuais direções sindicais é conciliar com o poder estatal e empresarial.

Pode-se concluir que houve uma rebelião desde abaixo contra a hegemonia sindical do MAS. No entanto, essa tendência não se expressa claramente numa linha revolucionária. Os mineiros ainda não recuperaram sua identidade política de classe. Precisam assimilar criticamente a experiência vivida sob o domínio dessa corrente reformista e indigenista pró-burguesa do MAS.

Definitivamente, 19 anos de influência desastrosa do MAS nos sindicatos despolitizaram a classe operária mineira. Os jovens operários de hoje desconhecem a ideologia revolucionária do proletariado, os princípios do "sindicalismo revolucionário" e a tradição organizacional do poderoso movimento dos mineiros das décadas passadas. São necessários quadros operários revolucionários, que levantem lucidamente as ideias centrais da Tese de Pulacayo de 1946 e a Tese Socialista da COB de 1970, para dar conteúdo político à luta dos mineiros.

Os mineiros devem retornar à ideologia revolucionária do proletariado, uma missão que só pode ser cumprida por meio de seu partido, o Partido Operário Revolucionário (POR).

(Extraído do Jornal Massas, nº 2828, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Discurso de Macron para justificar maior armamentismo

O presidente francês Emmanuel Macron, em um discurso na televisão, procurou justificar aos franceses e europeus a necessidade de rearmamento europeu após a retirada da ajuda militar dos EUA à Ucrânia. E ele deve insistir novamente na demonização da Rússia: "A França terá de aumentar seus gastos com defesa". "O futuro da Europa não pode ser decidido em Washington ou Moscou". Quer forçar os EUA a compartilhar negociações "pela paz" e negócios na Ucrânia.

"Estamos entrando em uma nova era: nossa prosperidade e segurança não estão garantidas". "Faremos os investimentos suplementares em defesa sem ter de aumentar os impostos". O dinheiro virá de novas contrarreformas contra os direitos dos trabalhadores, da redução de outros orçamentos.

"Não é apenas o povo da Ucrânia que está lutando por sua liberdade". "É também a nossa própria segurança que está ameaçada. Se um país pode invadir seu vizinho sem ser punido, a paz não pode ser garantida em nosso continente". "Rússia se tornou uma ameaça e continuará a ser uma ameaça para a França e a Europa".

Apela à necessidade de uma revisão estratégica e de "medidas sem precedentes" para aumentar as despesas militares "neste novo contexto".

Macron critica Donald Trump por sua "mudança de posição" na guerra na Ucrânia e por lançar uma "guerra comercial incompreensível" com México, Canadá e União Europeia ao mesmo tempo.

"A situação de estabilidade após a queda do Muro (de Berlim) não existe mais". "Diante dos perigos, não podemos ser meros espectadores".

Macron eleva sua aposta, dizendo que na próxima semana se reunirá em Paris com os chefes de Estado Maior dos países europeus para elaborar "um plano para uma paz sólida, confiável e verificável". "Quero acreditar que os EUA ficarão do nosso lado ..., mas devemos estar preparados se não for".

"Nossa dissuasão nuclear nos ajudará", que parece pronta para abrir o debate em Bruxelas sobre a extensão do guarda-chuva nuclear francês aos seus sócios europeus. "França tem de reconhecer seu status especial, por ter o exército mais eficiente e efetivo da Europa". Este último comentário foi dito nas redes.

O governo francês negou uma nova viagem a Washington de Macron e Keir Starmer, acompanhados por Volodymyr Zelensky, para apresentar o plano de paz dos aliados europeus. A porta-voz do governo francês, Sophie Primas, alertou que a Europa está "em um ponto de virada na sua história" e que "a situação no velho continente nunca foi tão grave e instável desde a Segunda Guerra Mundial".

A França está particularmente sendo atingida pelos recentes levantes em suas colônias na África, que a forçaram a retirar suas forças armadas e obrigaram a arquivar suas ameaças de intervenção militar.

A classe operária francesa que protagonizou extraordinárias lutas nos últimos anos deve rejeitar essa política de militarização da sociedade, é necessário desarmar e derrotar o imperialismo para acabar com suas guerras. Macron quer aproveitar esta crise e aparecer como o campeão da Europa para tentar recuperar sua imagem em franco declínio em todos os terrenos.

(Extraído do Jornal Massas, nº 475, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Sachs: "a Rússia não vai invadir a Europa"

Em 19 de fevereiro deste ano, o insuspeito quadro do imperialismo norte-americano, o professor Jeffrey Sachs proferiu uma palestra atacando a russofobia que vem sendo manipulada para justificar o armamentismo europeu. A divulgação mundial dessa palestra recebeu o provocativo título de "Jeffrey Sachs ridiculariza a Von der Leyen no Parlamento Europeu".

Tratou-se efetivamente de uma longa argumentação contra o belicismo anti-russo patrocinado pelo governo da França e pela presidente da Comissão Europeia, responsáveis pela corrida armamentista em curso.

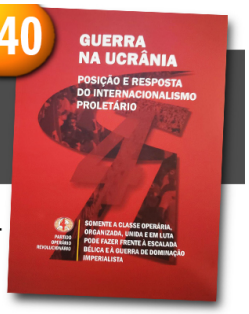
Essencialmente, Sachs afirma que o objetivo do Estado russo não é invadir a Europa; não era desde o início das hostilidades na Ucrânia, e nem é agora. "Pode chegar até o Rio Dnieper. Não vai invadir a Europa". Na sua argumentação, explica a trajetória da política do Estado norte-americano desde o fim da União Soviética como a responsável pela desestabilização das ex-repúblicas soviéticas como parte da sua estratégia de submeter completamente a Rússia. Daí que, para o estado russo, o "principal problema era os Estados Unidos, porque a Rússia, como uma grande potência, a maior potência nuclear do mundo, estava profundamente preocupada com a unipolaridade dos EUA desde o início", mas como isso, segundo ele, estaria acabando, "a Europa tem de abrir negociações diretamente com a Rússia". Em síntese, "essa ideia de que Putin está reconstruindo o império russo é propaganda infantil".

Para respaldar a autoridade do questionamento às teses de Macron e de Von der Leyen, exibe seu próprio currículo: "Fui conselheiro do governo polonês em 1989, do presidente Gorbachev em 1990 e 1991, do presidente Yeltsin em 1991 a 1993, do presidente Kuchma da Ucrânia em 1993, 1994", "não sou fantoche de Putin; não sou apologista de Putin. Trabalhei na Estônia, e eles me deram — não sei se é a maior honraria civil, mas é a segunda maior honraria civil que um presidente da Estônia pode conceder a um não nacional — porque projetei seu sistema monetário para eles em 1992"; "não sou anti-ucraniano, sou completamente pró-ucraniano".

É a opinião de um intelectual do imperialismo, engajado como poucos em assessorar os processos de restauração capitalista na ex-União Soviética e nas repúblicas que se constituíram após a dissolução da URSS. E, ao denunciar durante sua palestra a própria política externa dos EUA desde a década de 1990 ("Os Estados Unidos chegaram à conclusão, especialmente em 1990, 1991, e depois com o fim da União Soviética, que os EUA agora comandavam o mundo e que os EUA não tinham que dar ouvidos às opiniões de ninguém"), política inalterada desde os governos Busch,

passando por todos os que o sucederam, e apelar ao Parlamento Europeu a que desistam da russofobia e busquem fazer negócios com a Rússia e com a China, expõe uma divergência no seio do imperialismo. Todos seus apelos à paz, à negociação, ao desenvolvimento sustentável etc. encobrem apenas uma variante do grande capital imperialista que procura retomar a iniciativa na disputa com a China, antes de um desenlace bélico para redesenhar o repartição do mundo pelas potencias, em substituição à esgotada divisão pós Segunda Guerra Mundial.

As massas trabalhadoras do mundo inteiro não podem ter qualquer ilusão nas variantes imperialistas que se apresentam como defensoras da paz, do desenvolvimento sustentável, do sul global etc. O capitalismo está esgotado como regime que pode desenvolver as forças produtivas. Somente a revolução proletária pode emancipar as forças produtivas das relações de propriedade imperialistas. O proletariado dos países imperialistas tem um papel fundamental nessas revoluções, pois é onde mais se desenvolveram as forças produtivas e, em um processo revolucionário, alavancarão poderosamente a substituição da propriedade privada pela propriedade social.

LANÇAMENTO!
GUERRA NA UCRÂNIA
Posição e resposta do internacionalismo proletário
R$40
Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.
Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.


Formulações de Lênin sobre a paz sem anexação

O proletariado, como classe revolucionária, tem sua própria explicação sobre as guerras, sua estratégia e tática. Evidentemente, se distingue e se opõe às da burguesia e seus governos. As guerras são um fenômeno que percorre a história em seus distintos momentos. Em particular, as guerras que se desencadearam desde o início do século XX correspondem à fase superior e última do capitalismo, que é a do imperialismo.

Marx e Engels estudaram, caracterizaram e responderam às guerras que a burguesia travou no século XVIII e XIX, que correspondiam à formação dos Estados nacionais e superação do velho regime feudal. Coube aos continuadores do marxismo, ou seja, do socialismo científico, enfrentarem as guerras na época imperialista, que exigiam novas fundamentações históricas e formulações programáticas.

A Primeira Guerra Mundial marcou, precisamente, as duas décadas iniciais do imperialismo. Coube ao bolchevismo, sob a direção de Lênin, estabelecer a concepção e a política do proletariado diante desse novo fenômeno, que certamente não está desvinculado das guerras progressivas conduzidas pela burguesia antifeudal. Marx e Engels traçaram a linha distinguindo os objetivos da burguesia e os do proletariado. A luta de classes expressa as forças sociais em combate pela conservação ou transformação histórica.

É nesse terreno que Lênin, em particular, desempenhou um papel de primeira grandeza ao lutar ainda no seio da socialdemocracia, de onde se gestou o bolchevismo, ou seja, o marxismo-leninismo, pela concepção das guerras da época imperialista seguindo a doutrina da luta de classes e a estratégia revolucionária do comunismo.

Ainda no alvorecer da Primeira Guerra Mundial, teve importância crucial o Congresso Socialista Internacional de Stuttgart – VII Congresso da Segunda Internacional -, realizado de 18 a 24 de agosto de 1907. Discutiu-se "o militarismo e os conflitos internacionais e o problema colonial", entre outros pontos. Em oposição a "um ponto de vista semianarquista" que procurava "ingenuamente responder a toda guerra com a greve e insurreição", Lênin mostra "que a guerra é um produto necessário do capitalismo e que o proletariado não pode dizer que não participará em uma guerra revolucionária, pois tais guerras são possíveis e têm ocorrido nas sociedades capitalistas". Era preciso compreender que "a possibilidade de responder à guerra depende do caráter da crise que a guerra suscite". Conclui "A depender dessas condições, está a eleição dos meios de luta, sendo necessário notar que essa luta não deve consistir na simples substituição da guerra pela paz, mas em substituir o capitalismo pelo socialismo". Essa é uma síntese da orientação leninista que exige do partido revolucionário intervir nas guerras tendo por base seu caráter de classe e suas manifestações concretas. A paz não é um fim em si mesma, mas um meio da luta do proletariado pelo socialismo. Essa formulação se contrapõe também ao oportunismo e ao pacifismo burguês e pequeno-burguês.

Em setembro de 1914, Lênin redige um Manifesto "A guerra e a socialdemocracia russa". Evidencia as suas raízes de classe e sua natureza de dominação. Eis: "O aumento dos armamentos, a extrema agudização da luta pelos mercados na época da novíssima fase, a fase imperialista, de desenvolvimento do capitalismo nos países avançados e os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas, as da Europa Oriental, deviam conduzir inevitavelmente, e conduziram, a esta guerra. Anexar terras e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, saquear as suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas da Rússia, Alemanha, Inglaterra e de outros países, a desunião e o entorpecimento nacionalista dos operários e o extermínio da sua vanguarda com o objetivo de debilitar o movimento revolucionário do proletariado, tal é o único real conteúdo, significado e sentido da presente guerra".

Uma tarefa de base, portanto, é a de libertar a classe operária e os demais trabalhadores das falsificações burguesas sobre a guerra de dominação. Com esse meio ideológico e político, a classe capitalista e seus governos submetem os explorados à sua política de guerra e os fragmenta. Lênin

considera "imperioso dever do proletariado consciente de salvar a sua coesão de classe, seu internacionalismo e suas convicções socialistas diante da selvageria chauvinista da ´patriótica´ camarilha burguesa de todos os países". E completa: "Renunciar a essa tarefa equivaleria, da parte dos operários conscientes, renunciar todas as suas aspirações emancipadoras e democráticas, sem falar das aspirações socialistas". Essa formulação é central na luta contra as guerras de dominação. A linha revolucionária conduz à unidade e coesão do proletariado contra a guerra e a favor da derrubada da burguesia pelos métodos da luta de classes.

Seguindo esse fundamento marxista, Lênin mostra que "a transformação da guerra imperialista em guerra civil é a única consigna proletária justa, indicada pela experiência da Comuna de Paris (...)". Em especial quanto à paz, é preciso não confundi-la com o pacifismo. Lênin indica na "Conferência das seções do POSDR no estrangeiro, de março de 1915: "O pacifismo e a propaganda abstrata da paz são uma das formas de enganar a classe operária. No capitalismo e sobretudo em sua fase imperialista, as guerras são inevitáveis".

A questão da paz sem anexação

Lênin no artigo "A questão da paz", de agosto de 1915, escrito portanto quando a Primeira Guerra Mundial completava um ano, rejeita a bandeira "Por uma paz em geral". Identifica seus defensores como adeptos da "espoliação e opressão de povos alheios". Em outras palavras, se colocam no terreno das "condições de paz imperialista". Distinta e opostamente, a paz tem de ser uma bandeira "lançada para explicar às massas, no curso da propaganda e da agitação, a diferença irreconciliável que existe entre o socialismo e o capitalismo (o imperialismo), e não conciliar a duas classes hostis e duas políticas contrárias por meio de um palavreado que ´une´ coisas opostas". Trata-se de defender "claramente o reconhecimento do direito da autodeterminação de todas as nações e a renúncia a toda ´anexação´, isto é, à transgressão desse direito". (...) "A consigna de autodeterminação das nações deve ser colocada igualmente em relação com a época imperialista do capitalismo. Não somos partidários do status-quo, da utopia pequeno-burguesa de afastar-se das grandes guerras. Somos partidários da luta revolucionária contra o imperialismo, isto é, contra o capitalismo".

No folheto "O Socialismo e a Guerra", também de agosto de 1915, Lênin desenvolve a fundamentação entre a guerra imperialista, o direito à autodeterminação e a paz. Reconhece o imperativo dos partidos revolucionários existentes nos países opressores de defenderem o direito das nações oprimidas à autodeterminação; e, por sua vez, orienta os socialistas das nações oprimidas a lutarem "incondicionalmente pela unidade plena dos operários das nações oprimidas e das nações opressoras". Recorre à formulação de Marx e Engels que ´um povo que oprime outros povos não pode ser livre´. "Um proletariado que aceite a menor violência de ´sua´ nação sobre outras nações não pode ser socialista".

É muito importante a fundamentação de que o direito à autodeterminação não objetiva "fomentar a criação de pequenos Estados, conduz, ao contrário, à formação mais livre, mais audaz e, portanto, mais ampla e extensa de grandes Estados e de federações de Estados, mais benefícios para as massas e mais em consonância com o desenvolvimento econômico".

No folheto 'Sobre a caricatura do marxismo e o ´economicismo imperialista´", de agosto de 1916, encontramos a seguinte orientação: "A autodeterminação das nações corresponde à luta pela libertação nacional completa, pela independência completa, contra as anexações, e os socialistas não podem renunciar a essa luta – qualquer que seja sua forma, inclusive a insurreição ou a guerra – sem deixar de ser socialista". Está expressamente clara que a rejeição e o combate às anexações fazem parte da linha estratégica do marxismo diante das guerras de dominação.

O I Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia, realizado em junho de 1917, deu lugar a um choque frontal dos bolcheviques com os mencheviques e socialistas revolucionários em torno à política burguesa do governo provisório e, em particular, à guerra. Nesse enfrentamento, vem à tona a questão da bandeira da paz sem anexação. Lênin os acusa de se colocarem contra as anexações apenas em palavras, uma vez que apoiavam a política de guerra do governo provisório que admitia anexação em favor da Rússia. Eis a denúncia: "Quando vocês se contrapõem à paz em separado com a justificativa de não querem servir ao imperialismo alemão, é absolutamente justo; por isso, também estamos contra a paz em separado. Mas, na prática, apesar de seus desejos, continuam servindo o imperialismo anglo-francês com os mesmos afãs anexionistas espoliadores, que os capitalistas russos transformaram em tratados com ajuda de Nicolás Romanov".

Está aí a contradição dos mencheviques e aliados. De um lado, se colocavam contra as anexações realizadas pelo imperialismo alemão, e, de outro, admitiam as anexações promovidas pelos aliados ingleses e franceses. A aliança do governo provisório com o imperialismo anglo-francês pressupunha que se aceitasse a anexação por parte dos aliados.

Lênin desenvolve o raciocínio prático: "Afirmamos que queremos libertar todos os povos, a começar pelos nossos. Vocês falam da guerra contra as anexações e da paz sem anexações, mas prosseguem dentro da Rússia com a política de anexações. Vocês e seu governo, seus novos ministros continuam na prática com a política de anexações em relação à Finlândia e Ucrânia". (...) "Como imaginamos praticamente a saída da atual guerra? Dizemos: a saída está só na revolução. Apoiem a revolução das classes oprimidas pelos capitalistas, derrotem a classe dos capitalistas em seu país e deem assim o exemplo aos demais países".

Nesse momento, a situação caminhava para a revolução proletária, apoiada nos sovietes. O que levaria a um rompimento total com as variantes do imperialismo em guerra. Havia que se preparar as condições para a transformação da guerra de dominação em guerra revolucionária de libertação. Observa-se que a questão da paz sem anexação ocupa um lugar estratégico nos conflitos entre bolcheviques e

mencheviques. Lênin avalia que se o proletariado tomasse o poder, se suprimiriam as anexações, uma vez que o grande capital perderia o poder. Essa possibilidade era concreta, e se se realizasse teria uma projeção internacional, já que "os povos da Ásia veriam que o povo russo não se limitaria a proclamar de palavra a paz sem anexação tendo por base a autodeterminação das nações".

Em um panfleto agitativo contra a guerra – "Existe um caminho que leve a uma paz justa?" -, os bolcheviques exortam: "Camaradas operários e trabalhadores de todos os países, basta de sangue. A paz é possível. A paz justa é a paz sem anexações". (...) "Nós, os operários e camponeses russos, não reteremos pela violência nenhuma só das terras não genuinamente russas e nenhuma só colônia (como Turquestão, Mongólia e Pérsia). Abaixo a guerra pela partilha das colônias, pela partilha com anexações, pela partilha ditada pelos capitalistas".

O artigo "As tarefas da revolução", escrito um mês antes da tomada do poder em outubro de 1917, traz uma declaração de princípio do bolchevismo: "A condição principal da paz democrática é a renúncia às anexações, não no sentido equivocado de que todas as potências devolvam o que perderam, mas no único sentido correto de que cada nacionalidade, sem exceção, tanto na Europa como nas colônias, tenha a liberdade e a possibilidade de decidir por si mesma constituir-se em Estado separado ou formar parte de qualquer outro Estado". (...) "Temos, além disso, o dever de garantir sem demora as condições dos ucranianos e dos finlandeses; assegurar-lhes, igualmente a todas as demais nacionalidades que povoam a Rússia, a plena liberdade, inclusive a liberdade de separação; de aplicar essa mesma decisão a toda a Armênia, de nos comprometer a nos retirar da Armênia e dos territórios turcos ocupados por nós etc."

Já no poder do Estado, Lênin apresenta um informe no II Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia, realizado no final de outubro, sobre o decreto de paz. Faz um chamado a "todos os povos beligerantes e a seus governos a iniciarem negociações imediatas para uma paz justa e democrática". Ou seja, "uma paz sem anexações e sem compensações". (...) "Os governos e os povos estão em desacordo em toda a parte, e por isso devemos ajudar os povos a intervir nos problemas da guerra e da paz. Defendemos, naturalmente, por todos os meios, nosso programa íntegro de paz sem anexações nem compensações".

Está aí de forma gráfica a aplicação programática do bolchevismo. A bandeira da paz sem anexação foi incorporada à estratégia da revolução social e do internacionalismo proletário. Ficou comprovado historicamente que nenhuma fração da burguesia pode assumir a tarefa de acabar com a guerra de dominação chegando a um acordo de paz sem anexação. Somente a classe operária, que luta pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e constituição da propriedade social, pode combater as guerras de dominação, transformando-as em guerras de libertação e protagonizando a paz sem anexação.

(As citações foram extraídas da coletânea "Contra la guerra imperialista", Editorial Progresso, Moscou)

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Como parte da exposição do POR diante da contrarrevolução restauracionista que liquidou a URSS, reproduzimos no Jornal Massas anterior, número 735, o artigo de abril de 1997 "A Rússia restauracionista se enfraquece cada vez mais perante as potências".

No Jornal Massas 734, dedicamos a republicação de artigos sobre o esmagamento dos chechenos pelo Estado russo, que evidenciou a guerra civil que esteve na base do processo de restauração capitalista. A questão das nacionalidades se agravou nas condições de desmoronamento do regime soviético e, portanto, do Estado operário, degenerado pela burocratização termidoriana estalinista. Agora, reeditamos o artigo "Geórgia ataca Ossétia do Sul; Rússia responde com ocupação militar". Trata-se de um conflito aceso e que tende a se agravar nas condições de crise mundial do capitalismo e a necessidade do imperialismo avançar sobre a região que pertenceu à URSS.

Georgia ataca a Ossétia do Sul; Rússia responde com ocupação militar

A ofensiva militar da Geórgia sobre Ossétia do Sul, desfechada no dia 8 de agosto, é mais uma manifestação do processo de restauração capitalista, que se agigantou nos fins dos anos 80. Por detrás do ataque militar georgiano sobre a nação separatista, estão os interesses econômicos e militares das potências, de um lado os Estados Unidos e União Europeia e, de outro, a Rússia. Trata-se de uma região estratégica entre a Ásia e Europa, por onde passam oleodutos e matérias primas.

A Geórgia vem sendo usada pelos Estados Unidos e seus aliados europeus para avançar a presença imperialista na rica fronteira russa. Por sua vez, a Rússia aproveita do momento político (o fracasso dos Estados Unidos no Iraque e as pretensões militaristas sobre o Irã) para avançar seu poderio expansionista sobre suas ex-repúblicas. A débil província da Ossétia do Sul foi alimentada pela Rússia no seu intento de se separar da Geórgia.

A iniciativa militar da Geórgia sobre a Ossétia do Sul foi o estopim para o presidente russo despejar um arsenal de bombas e mísseis sobre portos e oleodutos georgianos. Em menos de uma semana, Estados Unidos e França impuseram o acordo de retirada dos russos da região do Cáucaso.

Novamente o problema da independência de nações oprimidas

O conflito entre a Geórgia e regiões separatistas se arrasta por quase três décadas. A Ossétia do Sul exige da Geórgia sua independência. Com uma população de maioria russa e dividida entre a Geórgia e a Rússia (Norte e Sul), a Ossétia do Sul iniciou a luta pela autonomia desde 1989. Como resultado da guerra pela independência, em 1992, foi assinado um acordo entre as três partes envolvidas: Rússia, Geórgia e Ossétia do Sul. Sob pressão da Rússia, a Ossétia escolhe seu presidente Kokoity, que declara a intenção de se juntar ao território russo. O plebiscito de 2006 teve como objetivo referendar a separação da Geórgia.

Os acontecimentos se acirraram entre a Geórgia e a Rússia quando do pedido de ingresso na Otan por parte da Geórgia, numa evidente investida dos Estados Unidos. O ingresso da Geórgia na Otan só não se concretizou devido ao receio da União Europeia de se abrir uma perigosa conflagração na região, com a reação russa. A Rússia aproveitou o fato para potenciar os intentos separatistas que envolvem não só a Ossétia do Sul, mas também a região da Abkházia, vizinha ao Mar Negro. Demonstrando apoio à separação, o parlamento russo reconheceu a independência das duas províncias separatistas, em março de 2008. A Geórgia ampliou sua ofensiva para retomar a Ossétia do Sul e impedir que Abkházia avançasse no mesmo sentido.

O fato é que o direito à separação de nações oprimidas é utilizado pelas potências para seu expansionismo militarista. A Ossétia do Sul como a Abkházia são duas nações que exigem a separação da Geórgia não têm como conquistarem uma real independência. Forçosamente, têm de se submeterem à Rússia. A Geórgia, por sua vez, comparece como pilar das pretensões expansionistas do imperialismo norte-americano.

O proletariado georgiano, russo e as massas oprimidas da Ossétia do Sul e Abkházia devem rechaçar a falsa autonomia pretendida por seus governos e se colocar pela luta anti-imperialista e antirestauracionista, pano de fundo do conflito.

A França cumpre o papel dos Estados Unidos

Nem bem terminaram as "negociações" planejadas pelos Estados Unidos para a libertação de reféns sob o controle das FARCS, a França a mando do imperialismo norte-americano, compareceu como a mediadora do conflito na região do Cáucaso.

O presidente Nicolas Sarkozy levou os termos do acordo para que fosse colocado fim ao conflito armado e à realização de uma conferência internacional para discutir a situação de Ossétia do Sul e de Abkházia. Putin acabou aceitando a proposta dos imperialistas. Levar à frente sua pretensão de fazer valer a independência dessas províncias separatistas alimentaria os choques de outras regiões que estão sob seu controle, a exemplo da Chechênia.

O acordo de cessar os combates não significa o fim dos conflitos. O problema da separação de nações não se resolverá pelas mãos dos imperialistas e dos restauracionistas.

A revolução russa de outubro de 1917 foi abortada pela política de Stalin.

A tomada do poder e a constituição do governo proletário na Rússia tinha como um dos objetivos resolver os velhos problemas das nacionalidades oprimidas. Lênin, dirigente do Estado operário, procurou a via do convencimento político para integrar nacionalidades e províncias à Federação Russa. Combateu as formas de anexação pela via da força militar.

Em uma "Nota a J. V. Stalin, publicada em 28 de novembro de 1921, sobre a formação de uma Federação de Repúblicas da Transcaucásia, Lênin diz assim:

"(...) a federação de repúblicas da Transcaucásia é por princípio justa, e tem de constituir-se sem falta, sua imediata realização prática deve ser considerada prematura, ou seja, que se requer certo tempo para a discussão, a propaganda e sua adoção pelos organismos soviéticos inferiores. (...) propor aos comitês centrais da Geórgia, Armênia e Azerbaijão (por meio do Büro do Cáucaso, que submetam o problema da federação a um amplo debate no partido e entre as massas operárias e camponesas; que desenvolvam uma intensa propaganda em favor da federação e que essa se aprove nos congressos dos sovietes de cada república ...".

A burocratização do Estado soviético e do partido bolchevique por parte de Stalin fortaleceu a política de anexações com base na força militar e, consequentemente, os conflitos de nacionalidades não puderam ser resolvidos. O governo de Stalin foi responsável pela morte de milhares de georgianos, comunistas e nacionalistas. Os ossetianos foram divididos entre a Federação Russa e a Geórgia por determinação de Stalin. A Abkházia era constituída por maioria muçulmana, mas Stalin transferiu para a região milhares de georgianos, cristãos- ortodoxos. A independência da Geórgia, em 1991, não permitiu que nacionalidades anexadas ao território alcançassem sua separação.

Agora, com o avançado grau de restauração capitalista na Rússia e nos Estados que se reconstituíram com a dissolução da URSS, a tendência é de agravamento dos choques com as nações separatistas. O imperialismo aproveita a volta do capitalismo nos Estados reconstituídos para colocá-los sob sua tutela e armá-los, como no caso da Geórgia. Apoia-se no descontentamento da população e no ódio nacionalista burguês contra o poderio russo, para alimentar movimentos pró capitalistas. A Revolução das Rosas, na Geórgia, e da "Laranja", na Ucrânia, potencializadas pelos Estados Unidos, são exemplos da interferência do imperialismo norte-americano e europeu. Os Estados e governos que ressurgiram com a dissolução da URSS se colocaram imediatamente sob a dependência das potências. A crise econômica e todos os males do capitalismo se manifestam e golpeiam a vida dos explorados.

A autodeterminação da Ossétia e Abkházia não virá da guerra entre a Geórgia e a Rússia. Pelo contrário, a absorção dessas nacionalidades pela Rússia, que vem a passos largos restaurando o capitalismo, com vocação imperialista, as tornarão um apêndice. A classe operária mundial, os explorados do Cáucaso e da Rússia devem levantar a bandeira de fim da opressão georgiana e russa. Devem combater a influência do imperialismo norte-americano e europeu. Essa resposta pressupõe a defesa das conquistas da Revolução Russa de 1917, que constituiu, sob a direção de Lênin-Trotsky, a União das Repúblicas Soviéticas (URSS), na qual se garantia o direito à autodeterminação.

Massas 362, agosto de 2008

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020